

POR UM PRIMEIRO DE MAIO DE LUTA E DE UNIDADE

Artigo de

Luiz Carlos Prestes

(Leia na 3.ª página)



UNIR MILHÕES DE BRASILEI- ROS SOB A BANDEIRA DA EMANCIPAÇÃO NACIONAL

Surgem, em diferentes pontos do país, os primeiros diretórios da Liga da Emancipação Nacional. Começam, assim, a transformar-se em viva realidade as resoluções da memorável Convenção Pela Emancipação Nacional, há pouco reunida na Capital da República.

A organização da Liga da Emancipação Nacional representa um importante passo no caminho da unificação e organização das amplas forças patrióticas de nosso povo, de todos os brasileiros que anseiam uma pátria livre e independente. A luta emancipadora do povo brasileiro contra a crescente dominação do país pelos imperialistas norte-americanos, ganha desse modo um novo e vigoroso impulso, eleva-se a um nível mais alto.

A Liga da Emancipação Nacional constitui um poderoso fator de coordenação de todas as forças que se empenham no patriótico combate de livrar o Brasil da tutela e exploração dos monopólios ianques, da ameaça em que se encontra a nossa pátria de se transformar em colônia dos Estados Unidos. Para a Liga da Emancipação Nacional convergem todos os movimentos patrióticos e democráticos, pela soberania nacional e em defesa da indústria e das riquezas do país, pelo progresso livre e independente do Brasil.

Com o surgimento da Liga da Emancipação Nacional a luta pela solução dos problemas que dizem respeito à emancipação do Brasil do jugo imperialista norte-americano passa a ser coordenada em todos os seus aspectos, adquirindo uma maior envergadura e mobilizando os mais amplos setores da população em torno de sua bandeira de redenção da pátria.

A Liga da Emancipação Nacional cumprirá, assim, o relevante papel de transformar em ação o profundo sentimento de revolta e indignação que cada vez mais se apossa do povo brasileiro contra a monstruosa dominação que se abate sobre o nosso país. Esse papel adquirirá uma relevância cada vez maior, à medida em que aumenta a odiosa opressão norte-americana em nossa terra e se eleva a consciência nacional do povo brasileiro.

A Liga da Emancipação Nacional, pelos seus altos objetivos, conta com o entusiástico apoio de milhões de brasileiros. Esses objetivos, expostos na Carta de Emancipação Nacional, serão motivo de uma ampla campanha cívica, de redenção nacional, que empolgará as grandes massas do povo, em todos os rincões da nação brasileira.

A Liga da Emancipação Nacional funda-se num momento crucial da situação política brasileira, quando assumem proporções até então desconhecidas as condições de miséria em que se encontram as massas, quando o governo de Vargas — instrumento da dominação dos monopólios americanos em nossa pátria — desmoraliza-se mais e mais perante o povo brasileiro. Tal situação faz com que a Liga da Emancipação Nacional possa se transformar rapidamente numa poderosa e invencível cruzada de redenção nacional. A Liga da Emancipação Nacional surge como uma expressão do profundo descontentamento das massas contra a atual política de traição à pátria, do imenso desejo do povo brasileiro de modificar a atual situação e da inabalável decisão dos patriotas e democratas, por cima de quaisquer divergências, de coordenar os seus esforços contra o inimigo comum, o imperialismo norte-americano.

A Liga da Emancipação Nacional funda-se quando o povo brasileiro é chamado às urnas. Nessas condições, desempenhará a Liga a relevante missão de impedir a eleição dos traidores da pátria e ajudar a eleger os verdadeiros patriotas.

É um dever de todos os brasileiros contribuir para que a Liga da Emancipação Nacional se organize e se estenda por todos os Estados e municípios, empresas, fazendas, bairros e escolas. Esta é, hoje, a forma de dar um caráter organizado ao vasto movimento de todo o povo contra a penetração crescente dos monopólios ianques em nosso país.

Sob a gloriosa bandeira da Liga da Emancipação Nacional, milhões e milhões de brasileiros participarão da luta contra o inimigo mortal de nosso povo — o imperialismo norte-americano.

VOZ OPERÁRIA

N. 258 ★ RIO DE JANEIRO, 24 DE ABRIL DE 1954



Nosso povo comemora a data de Tiradentes intensificando a luta contra os imperialistas ianques. Sob a inspiração de Tiradentes, seu patrono, a Liga da Emancipação Nacional une e organiza os patriotas.

Todos Exigem: — Fora da Lei a Arma Atômica!

Libertação Para Barthe

NUMA INSANA tentativa de atemorizar os povos, os imperialistas americanos fizeram explodir a bomba de hidrogênio, em condições de controle precário, vitimando centenas de pacíficos pescadores nipônicos e nativos das ilhas da Oceania. Mas o instrumento de terror indiscriminado, próprio apenas para uma guerra sem leis, visando à destruição total, está sendo, ao contrário do que esperavam seus partidários, um incentivo aos povos para que sejam postas fora da lei as armas de extermínio em massa.

Desde 1945, quando foram massacradas desnecessariamente as populações de Hiroshima e Nagasaki, um clamor unânime de todas as partes exigindo a proibição do fabrico das armas atômicas e a utilização exclusiva da energia nuclear para os labores da paz. Perseguidos no mundo capitalista, os partidários da paz continuaram a lutar incansavelmente pela organização dos povos em benefício da própria sobrevivência humana. E, hoje, somente os loucos e os criminosos deixam de reconhecer a necessidade de levar-se à vitória uma das mais belas causas de nosso tempo: a proibição das armas atômicas.

Novas vozes, de personalidades eminentes, vieram jun-

tarse às dos que sempre propugnaram pela proibição das armas de terror e destruição em massa. Contam-se entre elas as do Papa Pio XII, Albert Schweitzer — prêmio Nobel da paz, Hammarskjöld — secretário geral da ONU, Mme Nehru — presidente da Assembléia Geral da ONU, Nehru — primeiro ministro da Índia, Ali Sastroamidjojo — primeiro ministro da Indonésia, Clement Attlee — chefe do Partido Trabalhista Britânico, Aneurin Bevan — chefe da oposição do Partido Trabalhista Britânico, o Cardeal Arcebispo de Lyon, o Partido Socialista do Japão, o Partido Americano do Trabalho, John Lewis — líder dos mineiros americanos.

O perigo que paira sobre a humanidade não tem paralelo na história. Pode, porém, ser conjurado. O acordo internacional proibindo a fabricação das armas atômicas, tristemente defendido pela URSS desde 1945, é o único meio viável de impedir a mais criminosa utilização que já se concebeu fazer da ciência. As vitórias alcançadas pelos partidários da paz, nos anos anteriores, são o penhor da possibilidade de novos e mais importantes êxitos, quando a consciência do que representaria uma carnificina atômica começa a despertar mesmo naqueles setores até agora envenenados por uma contínua e persistente propaganda de guerra, e fludidos largo tempo pelos teóricos da chantagem atômica.

QUANDO FOI criminosamente entregue pelo governo Perón, em 1950, à ditadura paraguaita que pretendia matá-lo, Obdulio Barthe já era um dirigente revolucionário conhecido em todo o continente americano. Mas, quando sair dentro em pouco do cárcere onde ainda o mantém a ditadura de Chávez, maior será o respeito dos democratas do continente para com esse filho querido do proletariado paraguaio.



Barthe

O segredo do crescente prestígio de Obdulio Barthe está na firmeza a toda prova de que soube dar nossas, mas condições do terror sangrento a que foi submetido durante anos a frio. Já na Argentina, o regime terrorista do «judicialismo» peronista entregou-o a «suplicios atrozés que só fizeram aumentar nas masmorras de Assunção, quando de seu criminoso repatriamento. Incomunicável, mal alimentado (havia suspeitas inclusive de serem postas drogas nocivas nos alimentos), as doenças abalaram-lhe a saúde e as torturas abriram sulcos profundos em seu corpo. Mas sua fibra de revolucionário, a consciência de dirigente popular, essa, manteve-se inalterável em todo esse período.

Neste quarto de século, tem figurado em todos os movimentos progressistas de seu país, primeiro como simples patriota e, hoje, como dirigente respeitado do Partido Comunista do Paraguai.

A solidariedade popular desempenhou um papel decisivo na melhoria do trato a Obdulio Barthe, preso há quatro anos e mantido nos calabouços, apesar de absolvido pela própria justiça de sua terra, dominada por uma ditadura feroz. Ela constituiu, sem dúvida, um dos fatores decisivos da libertação que se avizinha pois há, agora uma promessa solene do governo paraguaio de libertar Obdulio Barthe.

Obdulio Barthe recebeu de todo o mundo a mais calorosa solidariedade proletária. E foi ele o mais firme construtor da própria libertação. Sem os protestos que fez, sem a ajuda que ele mesmo prestou com seu exemplo à causa da sua libertação, nada poderia ter sido feito. E nada valeria ser feito. Dos patriotas, dos revolucionários, dos que lutam pela libertação do Paraguai das garras do imperialismo e pelas liberdades democráticas, Barthe é um dos que,

Um país democrático, a Guatemala, se dispõe a recebê-lo. O movimento de solidariedade dos democratas brasileiros, que deu sua parcela de contribuição à causa da libertação de Barthe, tem novas tarefas a cumprir até que o dirigente paraguaio esteja realmente fora de perigo, em seu asilo na América Central. E essas tarefas serão cumpridas em homenagem ao povo paraguaio e a Obdulio Barthe dirigente consagrado de uma causa comum.

Eisenhower, Campeão do Macartismo



Eisenhower

O «caso» Oppenheimer demonstra o que podem esperar dos homens que manejam as rédeas do poder capitalista aqueles cientistas que se prostituem aos encantos do dólar. Cientista de renome mundial, o físico atômico J. Robert Oppenheimer viu-se repentinamente privado de seus cargos e privilégios, por uma ordem direta do presidente Eisenhower, sendo acusado de ter retardado por muitos meses a fabricação da bomba «H», pois, no passado, mostrou-se contrário à construção dessa arma.

Em sua defesa, o físico esclareceu que manifestou-se contra a bomba «H» por motivos de ordem técnica, pois entendia ser melhor que os imperialistas gastassem as verbas na acumulação de estoques de bombas atômicas, de vez que não havia sido de todo dominado o processo de fabricação da bomba «H». A querrela em torno de pontos de vista adversos sobre as possibilidades de fabricação da bomba de hidrogênio foi, como se sabe, profunda e atingiu os maiores meios militares e o Congresso. Posteriormente, tendo sido decidida a fabricação da «super-bomba», Oppenheimer dispôs-se a construir da mesma forma que, anteriormente, ajudara a montar os instrumentos de morte que se despetaram sobre Hiroshima e Nagasaki.

Entretanto, há um fato que foi decisivo para a desgraça do cientista, embora não Oppenheimer não tenha tido a menor influência: a URSS está na vanguarda da ciência nuclear e domina todos os ramos de sua aplicação. Então, as opiniões de Oppenheimer, consideradas naturais, no passado, tornaram-se sinônimo de traição. Assim, se um cientista nos Estados Unidos emite qualquer conceito, livre-se de que

no futuro seus pontos de vista venham a ser considerados errôneos pelos que estão interessados na eclosão de uma carnificina mundial. Seus relatórios e depoimentos passarão a ser documentos destinados a instruir um processo de espionagem e será apresentado como traidor perante a opinião pública.

Essa é a liberdade de pesquisa científica nos Estados Unidos. Os sábios são reduzidos a escravos e devem trabalhar segundo o pensamento dos generais da guerra fria e os estrategistas da guerra quente. No passado, costumavam os potentados mandar ao cadafalso os magos a que recorriam para livrar-se de potestades desconhecidas. Os cientistas americanos são tratados como os feiticeiros antigos, e ai deles se seus vaticínios resultarem sem confirmação.

Casos como o de Oppenheimer sucedem diariamente na vida política americana onde reina o terror fascista. Apenas por sua espetacularidade é que o assunto Oppenheimer se distingue dos demais.

O fenômeno Oppenheimer é, assim, um outro aspecto do fenômeno Mac Carthy. E não é uma simples coincidência que o cientista seja imediatamente acusado por ter, há anos, manifestado simpatias pela Espanha republicana e porque, no presente, mantém relações pessoais com parentes tidos como comunistas.

Discute-se acesamente nos Estados Unidos, pela imprensa e no rádio, se o macartismo entrou em decadência. Os inquiridos indicam que as massas cada vez mais o repudiam. Mas a demissão de Oppenheimer demonstra que nas esferas do governo ele é, pelo contrário, cada vez mais vivo. E que, em sua disputa com Mac Carthy, pela chefia dos republicanos, Eisenhower distingue-se como o maior macartista da América.



Mac Carthy

A «ação coletiva» de Dulles no Viet-Nam



Novas «Promessas» Ameaçadoras do General Eisenhower

A viagem de Dulles à Europa tinha como objetivos declarados arrancar da França e da Inglaterra uma «adverência» à China, antes da Conferência de Genebra, ameaçando-a com a guerra total; fechar o caminho a qualquer solução pacífica da guerra da Indochina e pressionar para que seja rapidamente alcançada a ratificação do tratado da Comunidade Européia de Defesa.

Que tais alvos não foram atingidos pode-se ver claramente nos próprios comunicados expedidos em Londres e Paris onde, além de um compromisso vergonhoso por parte dos ingleses de manterem tropas associadas à CED, nada mais pôde ser conseguido por Dulles além de uma declaração formal, de Bidault, sobre as possibilidades de organizar-se um «sistema de defesa coletivo» na Ásia. Todavia, no próprio comunicado de Paris, não se pôde deixar de ressaltar a necessidade da paz na Indochina.

Os fatos posteriores demonstram que além dos fracassos visíveis, Foster Dulles concebeu alguns outros e foi posto a par das dificuldades, cada vez mais insuperáveis, que se erguem contra a «ratificação do Tratado da Comunidade Européia de Defesa, em toda a Europa e, particularmente, na França. Daí a recente mensagem do presidente Eisenhower, dirigida aos governos de todos os Estados que integram a referida «comunidade». Como a pressão de Dulles revelou-se insuficiente, a principal figura do imperialismo saiu também a campo, tendo em mira afastar algumas das objeções que são feitas ao Tratado da C.E.D., nos próprios meios conservadores dos países capitalistas da Europa.

Que promete Eisenhower? Promete que não deixará nenhum país da CED ser destruído, em caso de guerra. Mas todos sabem que, em caso de guerra atômica, os países da Europa serão literalmente arrasados, pois virão a constituir o campo de batalha. Promete que as

tropas norte-americanas serão mantidas na Europa indefinidamente, inclusive na Alemanha. Mas a permanência de tropas americanas na Europa não é desejada, antes a repelem todos os povos europeus e só a advogam os sócios menores dos imperialistas americanos.

Eisenhower prometeu também informações sobre armas atômicas aos países da C.E.D. e declarou que seria considerada «ameaça à segurança dos Estados Unidos» qualquer «ameaça» futura à integridade da C.E.D. Disse, pois, claramente, aos países da Europa que, se ratificarem a C.E.D., não poderão mais sair dela, pois isso será considerado uma ameaça aos Estados Unidos, que advogam uma vigência «indefinida» também para o Pacto do Atlântico Norte.

O presidente dos Estados Unidos, portanto, em sua mensagem só teve em mente — e não poderia ser de outro modo — apaziguar aqueles elementos reacionários que fazem esta ou aquela restrição «técnica» ao tratado escravizador da Comunidade de Defesa Européia, como, por exemplo, o general Juin. Mesmo para esses, contudo, a mensagem de Eisenhower pouco pode valer pois, como se sabe, não terá nenhum efeito se não forem ratificadas pelo Congresso americano, que não foi ouvido previamente.

O fundamental, todavia, é que a luta dos povos contra a C.E.D. e o Exército Europeu não se baseia em razões «técnicas», mas em motivos patrióticos e democráticos. Os povos da Europa lutam e continuarão a lutar pela independência de suas pátrias. E as promessas de Eisenhower — ocupação permanente, armas atômicas, proibição de sair da C.E.D., etc. — são novos estímulos para que redobrem seus esforços. As novas «garantias» do imperialismo demonstram ainda mais a força e a significação pacífica que têm as propostas soviéticas para o «Tratado geral europeu», cuja necessidade amadurece na consciência dos homens europeus.

POR UM 1.º DE MAIO DE LUTA E DE UNIDADE

ARTIGO DE
Luiz Carlos Prestes

As comemorações do 1.º de Maio de corrente ano terão, no Brasil, excepcional significado, pois, constituirão uma etapa importante no desenvolvimento das lutas da classe operária e das massas populares pela satisfação de suas reivindicações imediatas, em defesa das liberdades democráticas, da paz e da independência nacional.

As lutas da classe operária estão em ascensão no Brasil. Em todos os setores da produção, os trabalhadores manifestam sob formas as mais diversas, conforme o grau de organização e de unidade já alcançado, conforme o nível já atingido pela sua consciência de classe, um crescente descontentamento e afirmam também que não estão dispostos nem a morrer de fome ou a permitir que seus filhos e dependentes morram de fome, nem a submeterem-se às medidas repressivas dos governantes. Cada dia manifestam sua inequívoca vontade de paz. Ao mesmo tempo que se voltam com gratidão e esperanças crescentes para a grande União Soviética em que vêem o mundo do socialismo, sentem maior ódio pelas opressoras norte-americanas que assaltam nossas riquezas naturais, mandam nos governantes brasileiros, oprimem e exploram a maioria esmagadora da nação.

As lutas pelas reivindicações mais imediatas ligam-se portanto, com frequência cada vez maior, à luta contra o governo de Vargas e contra os governantes estaduais. A classe operária começa a compreender que a causa da miséria crescente não está unicamente na exploração patronal, mas igualmente na política do governo do sr. Getúlio Vargas, que é o principal culpado do encarecimento do custo da vida, que atinge no Brasil a níveis jamais conhecidos.

É a desvalorização acelerada do cruzeiro, o encarecimento verdadeiramente astronômico dos preços de todos os artigos de consumo popular, particularmente dos gêneros de primeira necessidade, assim como dos alugueis de casa, do transporte urbano e dos medicamentos. Dá-se, assim, uma queda brusca do salário real, enquanto os lucros dos fazendeiros e grandes industriais e comerciantes continuam crescendo e atingem somas fabulosas, especialmente os lucros das grandes firmas e companhias norte-americanas.

A distribuição da renda nacional torna-se no Brasil cada dia mais injusta, desumana, iníqua e revoltante. Apenas 1 % da população do país absorve metade da renda nacional. Nessa base, supõe-se que 2.600.000 de seus habitantes se beneficiam com cerca de 150 bilhões de cruzeiros, cabendo-lhes em média, por pessoa, 57.000 cruzeiros anuais, ao passo que a renda média de cada um dos restantes 49.000.000 de habitantes (95 % da população) do país não excede de 3.060 cruzeiros anuais, importância que, ao câmbio atual, não passa de 60 dólares americanos, ou sejam 5 dólares por mês! Nos três anos de duração que já tem o governo de Vargas, todos os produtos indispensáveis à alimentação do povo tiveram seus preços quase triplicados ou pelo menos dobrados: o arroz passou de 7 para 18 cruzeiros o quilo; o feijão, de 6,30 para 9,00; a farinha de mandioca, de 2,50 para 6,50; a batata, de 4,50 para 8,00; o café, de 30 para 66; a carne, de 12 para 25; a manteiga, de 32 para 60; o sabão, de 9 para 18. Apesar dos sucessivos aumentos de salários, conquistados sempre através de lutas importantes dos trabalhadores, o salário real baixa aceleradamente: segundo dados oficiais, sempre inferiores à realidade, enquanto o custo da vida subiu, de 100 em 1946 para 232 em outubro de 1953, os salários para a indústria no Distrito Federal, no mesmo período, subiram apenas de 100 para 185. Isto explica a elevadíssima mortalidade infantil em todo o Brasil, onde a vida média, na Capital do país, mal chega a 42 anos e em cidades como Recife não chega nem mesmo a 30 anos.

Para que se possa ter uma idéia da situação verdadeiramente insuportável que atravessam os trabalhadores no Brasil, é necessário assinalar as inúmeras formas de super-exploração de que são vítimas. As condições de trabalho são em geral as mais duras; a lei que estabelece a jornada de 8 horas diárias é sistematicamente violada; contratos de experiência, renovados mensalmente, tiram do empregado o caráter de estabilidade e, consequentemente, perde o trabalhador o direito a férias remuneradas ou a qualquer indenização; a chamada «assiduidade integral» é imposta como condição para o pagamento do repouso semanal e de qualquer aumento de salário, constituindo por vezes desconto de 30 a 40 % do salário total, verdadeira punição arbitrária e brutal por um pequeno atraso de minutos à entrada no trabalho. Sempre com o objetivo de aumentar a produtividade do trabalho, outros diferentes tipos de multas, sob os mais diversos pretextos e com as mais variadas formas, são aplicados com frequência cada vez maior. A assistência social, que pesa fortemente no salário operário, é cada vez mais precária, sendo que só a dívida do governo e dos patrões aos Institutos de Previdência ultrapassa a soma de 18 bilhões de cruzeiros. Nos últimos tempos, levanta-se como terrível ameaça para os trabalhadores dos principais centros industriais do Brasil, a crescente falta de energia elétrica. As grandes empresas norte-americanas e canadenses, que monopolizam o fornecimento de 90 % de toda a energia elétrica produzida no país, com o objetivo de conseguir novas vantagens do governo e interessadas na liquidação da indústria nacional, racionam o fornecimento de energia, obrigam as fábricas a interromper por horas seguidas a jornada de trabalho e determinam, assim, o desemprego crescente e uma exploração ainda

maior dos trabalhadores, que ganham por oito horas, mas permanecem à disposição do patrão por 12 e até 16 horas.

Nessas condições, os lucros dos grandes industriais e particularmente dos monopólios norte-americanos chegam a cifras cada vez mais altas. Os lucros da Light and Power continuam crescendo, passando de 635 milhões de cruzeiros em 1950, para 780 milhões, em 1952. Na indústria de borracha, seis fábricas com um capital realizado de 665 milhões de cruzeiros, obtiveram em 1952 mais de 400 milhões de lucro líquido, ou sejam 60 % sobre o capital. Bem maiores são os lucros da General Motors, da Ford, da Standard Oil, etc..

A causa fundamental de semelhante situação está na dependência crescente em que o Brasil se encontra em relação aos imperialistas norte-americanos e nos restos feudais que impedem a expansão e o desenvolvimento da economia nacional. Dia a dia, acentua-se o processo de colonização do país pelos Estados Unidos, que ditam ao governo de Vargas a política a realizar em todos os terrenos. Os reflexos da economia de guerra dos Estados Unidos são cada vez mais graves para a economia brasileira e particularmente para o comércio externo brasileiro, que já atravessa uma crise verdadeiramente catastrófica. Ao mesmo tempo que sobem os preços dos produtos importados, a produção nacional acumula-se nos portos e tem um preço de custo superior aos preços médios impostos pelos trustes norte-americanos no mercado mundial capitalista. O déficit na balança internacional de pagamentos do país aumenta, crescem seus débitos no exterior, a indústria nacional luta com dificuldades cada dia maiores na aquisição de matérias-primas indispensáveis.

A classe operária, assim como as grandes massas populares e outras camadas da população, inclusive a burguesia nacional, começa a compreender que a política econômica e financeira de Vargas não é senão uma consequência mais imediata de toda a sua orientação, de sua total subserviência ao odiado opressor norte-americano.

O governo de Vargas não vacila no emprego de todos os recursos da violência para impor à nação sua infame política de traição nacional, de preparação para a guerra e de fome para os trabalhadores e as grandes massas populares. Além de uma nova «Lei de Segurança do Estado», de janeiro de 1953, o governo de Vargas tenta liquidar os direitos dos trabalhadores através de nova legislação reacionária. Sob o pretexto de regulamentar o direito de greve, manda elaborar lei que praticamente transforma qualquer movimento reivindicatório dos trabalhadores em ato ilegal e sujeito a graves penalidades. Encaminha ao Parlamento outro projeto de lei que visa legalizar a perseguição aos trabalhadores que lutam pela paz, particula-

mente aos funcionários públicos civis e militares, verdadeira cópia da legislação fascista norte-americana e à qual dá o título de «Lei de Fidelidade à Pátria».

A liberdade sindical é constantemente ameaçada e as intervenções nos Sindicatos e Federações são realizadas pelo Ministério do Trabalho a qualquer pretexto e sempre que convenha aos interesses do governo e dos patrões. As eleições das diretorias sindicais são arbitrariamente anuladas e, frequentemente, diretorias eleitas são impedidas pelo governo, durante meses, de assumir seu posto. As leis em vigor proíbem aos Sindicatos a filiação às organizações internacionais, mas o governo pede ao Congresso lei que faculte a filiação das Federações e Confederações,

sem qualquer consulta aos trabalhadores, a organizações tão conhecidamente reacionárias, como a ORIT e a CISL, procurando dessa forma afastar os sindicatos brasileiros da CTAL e da FSM. E, diante da crescente influência dos comunistas no movimento sindical, acaba o ministro do Trabalho, com a Portaria n.º 20, de determinar o restabelecimento do odiado atestado de ideologia, que a classe operária já uma vez obrigou o governo de Vargas a revogar.

Na esperança de conseguir intimidar a classe operária e as grandes massas trabalhadoras, com o objetivo de criar obstáculos ao desenvolvimento do movimento popular em defesa da paz, das liberdades democráticas, contra a sua política antinacional, de miséria e fome para o povo, o governo de Vargas utiliza todos os recursos da violência policial e busca apoio na legislação mais reacionária e inconstitucional para mandar «legalmente» para os cárceres a milhares de patriotas e democratas. Os movimentos grevistas são sistematicamente reprimidos pela polícia com a maior violência, como aconteceu, por exemplo, em outubro de 1953, com a greve dos marítimos. Em nome da perseguição ao comunismo, são presos, espancados e torturados, pelos processos mais bárbaros, quaisquer pessoas que, a critério da polícia, sejam consideradas perigosas à ordem pública, porque lutam pela paz, contra o opressor norte-americano ou, mesmo, contra a miséria e a crescente exploração patronal.

Nos três anos de governo de Vargas já foram assassinados pela polícia diversos trabalhadores e já passaram pelos cárceres para mais de dez mil pessoas, desde operários e camponeses, até jornalistas e intelectuais, assim como numerosos oficiais das forças armadas, acusados todos de «atividades comunistas», por lutarem contra a guerra, em defesa das liberdades democráticas e da soberania nacional. Destes, mais de cinco mil estão sujeitos a processos judiciais e ameaçados de condenação e mais de uma centena cumpre sentenças iníquas. Os membros do Comitê

(Conclui na 4a. Página)

POR UM 1.º DE MAIO DE LUTA E DE UNIDADE

(Conclusão da 3a. Página)

Central do Partido Comunista do Brasil continuam sujeitos a um demorado processo judicial e ameaçados de condenação a longos anos de prisão. Com a publicação do projeto de Programa do Partido, resolveu a polícia instaurar novo processo judicial, com base na Lei de Segurança, que pune qualquer tentativa de «reorganização» do Partido Comunista do Brasil.

Essa política de crescente repressão, e que tem por objetivo principal intimidar a classe operária e as grandes massas trabalhadoras, choca-se porém com uma resistência cada vez mais organizada, que obriga o governo frequentemente a recuar e que exerce poderosa influência sobre os juizes e tribunais, obrigando-os a tomar em consideração a opinião pública, a reduzir penalidades iníquas e a absolver os réus, apesar das «terríveis» acusações policiais e da letra da lei, capaz de facultar todas as injustiças e iniquidades. Não por acaso, o novo ministro da Guerra do sr. Vargas vem de declarar que a «democracia» americana imposta ao povo brasileiro há-de ser defendida com «balonetes e canhões».

O sr. Getúlio Vargas subiu ao poder com a pretensão de conseguir enganar a classe operária e as grandes massas populares, a fim de melhor servir aos atos norte-americanos. Com o emprego simultâneo da violência policial e da mais cínica demagogia social, pretendia realizar a sua proclamada política de «paz social», quer dizer, assegurar aos exploradores estrangeiros e nacionais a possibilidade de uma maior exploração dos trabalhadores e amortecer a vigilância das grandes massas populares até conseguir fazer do povo brasileiro carne de canhão para as aventuras guerreiras dos chacais que constituem os círculos dirigentes dos Estados Unidos. Foram, sem dúvida, as grandes lutas da classe operária que puseram por terra esses planos sinistros e que criaram condições favoráveis para mobilizar contra a política do governo todas as forças democráticas e patrióticas da nação.



As grandes greves de São Paulo, em março e abril de 1953, constituíram a maior manifestação de força, até agora já realizada, do proletariado brasileiro. Tecelões, metalúrgicos, marceneiros, gráficos e vidreiros, não só na capital do Estado como também em mais de seis cidades do interior, totalizando trezentos mil trabalhadores, levantaram-se contra os salários de fome, contra as duras condições de trabalho, contra a carestia da vida, e uniram suas forças, obrigando os patrões e o governo a atenderem à maior parte de suas reivindicações. Com as greves de São Paulo, a classe operária deu um grande passo para a frente no sentido da unidade e abriu uma nova etapa na luta do povo brasileiro contra a política de traição nacional e de preparação para a guerra do governo de Vargas. Os grevistas se manifestaram contra o «Acordo Militar» entre o Brasil e os Estados Unidos, contra o envio de tropas para a Coreia, contra a projetada «Lei de Defesa do Estado» e a favor da paz no mundo inteiro. Os sindicatos foram consideravelmente reforçados com a entrada de novos associados e numerosas comissões de empresa foram organizadas.

A repercussão das grandes greves de São Paulo já é evidente no país inteiro. Elas marcaram um passo considerável no sentido do desmascaramento da demagogia social de Vargas, fizeram em pedaços a sua política de «paz social», levaram o pânico à minoria reacionária que governa o país e mostraram aos trabalhadores da cidade e do campo qual a maneira de impor sua vontade aos patrões e ao governo. Já no próprio período da luta de São Paulo, quando o governo e os patrões tudo faziam no sentido de impedir a extensão do movimento a outras regiões do país, foram rapidamente atendidas as reivindicações de diversas corporações operárias, inclusive de outros Estados, com o simples aceno de ameaça de greve.

As grandes greves de São Paulo, seguiu-se a greve nacional dos marítimos, movimento de grande envergadura que, durante dez dias abalou o país inteiro, obrigando o governo e os patrões a satisfazerem sem maiores delongas as reivindicações dos grevistas. Os cem mil marítimos, vencendo as dificuldades de uma organização sindical dividida em 13 sindicatos nacionais e 30 sindicatos regionais, conseguiram unificar nacionalmente suas forças, realizaram a unidade de ação em torno de um programa reivindicatório que incluía os interesses de todos os setores de trabalho e venceram, assim, os esforços divisionistas do Ministério do Trabalho e de seus agentes nas direções sindicais e particularmente na Federação dos Marítimos. Vitorioso o movimento, a direção da greve permaneceu em atividade e vigilância, a fim de exigir o cumprimento dos compromissos firmados pelo governo e pelos patrões, continuou determinando a paralisação do trabalho num ou outro setor sempre que julgou necessário e quando, passados quatro meses, deixou o governo de cumprir seus compromissos, nova greve foi desencadeada.

As ações da classe operária estendem-se, assim, ao país inteiro e ganham, pouco a pouco, um vulto e importância cada dia maiores. A resistência patronal e as brutalidades da polícia só conseguem aguçar ainda mais a luta de classes e dar duração ainda maior às paralisações de trabalho. O número de grevistas cresce no país de ano para ano, passando de 264 mil em 1951, para 411 mil em 1952 e a cerca de um milhão em 1953. Segundo dados fornecidos pela Confederação dos Trabalhadores do Brasil, filiada à CTAL e à FSM, o número de horas-homem de greve subiu de 23 milhões para cerca de 100 milhões, de 1952 para 1953. Só na Capital do país, mais de 200 mil operários exigem aumento de salário e aguardam, neste momento, a decisão da Justiça do Trabalho antes de dar forma mais elevada à luta pelas suas reivindicações.

Teve importância decisiva nesse crescente desenvolvimento das ações operárias a justa orientação adotada pelo Partido Comunista no sentido da unidade de ação. Desde que, em junho de 1952, o Comitê Central do Partido chamou a atenção dos comunistas para os erros sectários de sua orientação no trabalho entre as massas operárias e indicou o justo caminho da luta pela unidade do movimento sindical, da participação ativa dos comunistas nos sindicatos dirigidos pelo Ministério do Trabalho, da unidade de ação em torno das reivindicações imediatas das massas, as ações operárias ganharam novo impulso e o grande desejo de unidade existente entre as massas da classe operária vai tomando formas práticas e permitindo aos trabalhadores lutar com maior sucesso pelas suas reivindicações econômicas, assim como manifestar com maior vigor seu desejo de paz, lutar contra a política de guerra do governo de Vargas, em defesa das liberdades e da independência nacional.

Com a bandeira da unidade de ação, a CTB, apesar de perseguida pelo governo e proibida por lei de funcionar, participa de todas as ações operárias, organiza a solidariedade aos trabalhadores em greve, é ouvida e acatada pelos trabalhadores, orienta e dirige praticamente as mais importantes ações do proletariado. A campanha contra a chamada «assiduidade integral» penetrou nas empresas, ganhou as assembleias sindicais onde foram eleitos delegados à Conferência Nacional, de que participaram uma centena de sindicatos e da qual surgiu a «Comissão Intersindical Contra a Assiduidade Integral». Graças ainda aos esforços unitários da CTB foi realizado com sucesso o Primeiro Congresso Brasileiro de Seguro e Previdência Social, com a participação de mais de mil delegados; foi organizado e realizado com igual sucesso o Congresso Nacional de Funcionários Públicos, de que participaram 750 delegados e no qual foi fundada a União Nacional dos Servidores Públicos; foi ainda realizada a Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas, de grande repercussão no país inteiro, mas especialmente no Estado de São Paulo, onde com o apoio direto dos operários industriais e de seus sindicatos ganhou um novo impulso a sindicalização dos assalariados agrícolas.

As ações operárias revelam nitidamente a vontade de unidade que anima a um número cada vez maior de operários. Elevam-se também a compreensão e a consciência dos trabalhadores que, em escala agora crescente, procuram os sindicatos e dão nova vida às suas assembleias. Após as greves de São Paulo, sindicatos como os dos tecelões e o dos metalúrgicos, a que estavam filiados apenas uns 4 mil operários, passaram em poucos meses a ter cerca de 40 mil associados cada um. Tanto a preparação do Congresso da CTAL como do III Congresso Sindical Mundial, contou com a participação ativa e entusiástica de grandes efetivos operários, sendo designados pelas grandes empresas e pelas assembleias sindicais delegados efetivamente representativos, que constituíram numerosa delegação de importância e proporções como jamais havia acontecido no país.

O exemplo mais recente da corrente de unidade que se desenvolve nas fileiras da classe operária está nas proporções que vai assumindo a luta pela elevação em cem por cento do salário-mínimo legal. Em torno dessa reivindicação unem-se em cada cidade e região do país numerosos sindicatos que, por meio de seus delegados, elegem comissões centrais que orientam e dirigem a luta com o apoio de grandes massas. A luta pelo novo salário-mínimo, que já se liga à luta pela elevação de 50 % nos salários superiores ao mínimo, eleva, assim, a um novo nível a unidade de ação da classe operária e constitui na verdade, uma importante etapa no sentido da unidade orgânica de todo o proletariado. Como os operários lutam simultaneamente pelo imediato congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade, torna-se possível a unidade em torno da classe operária das mais amplas massas da população do país. A classe operária participa ativamente na luta pela independência nacional. Foi decisiva a atuação dos trabalhadores, através de delegados dos sindicatos e das empresas, na Convenção da Emancipação Nacional, assembleia convocada e realizada pelos combatentes antiimperialistas, que tomou importantes resoluções sobre a luta em defesa da soberania nacional.



A situação da classe operária permite prever o desenvolvimento de poderosas ações em defesa de suas reivindicações econômicas e políticas. Os trabalhadores podem e devem alcançar grandes vitórias. E, efetivamente, as alcançaram, se não perderem de vista que a arma fundamental em seu combate ulterior é também a unidade, unidade para a ação e que não pode ser conseguida senão mediante uma denúncia implacável dos inimigos da unidade, de todos os divisionistas, assim como da organização cada vez mais vigorosa dos trabalhadores nos locais de trabalho.

É esta justamente a política dos comunistas, que são os mais ativos lutadores pelos interesses da classe operária e que não poupam esforços no sentido de unir efetivamente a todos os trabalhadores acima de partidos políticos, de crenças religiosas e posições ideológicas e que por isso gozam de crescente prestígio entre as grandes massas operárias e populares e exercem influência política crescente entre as grandes forças patrióticas e democráticas do povo brasileiro.

A corrente de unidade que agora se desenvolve nas fileiras da classe operária constitui fator básico e de importância excepcional para que se possa avançar mais rapidamente no sentido de agrupar em torno da classe operária, aos camponeses, aos intelectuais progressistas, aos demais elementos das camadas médias e à burguesia nacional.

Fator político de importância e que muito poderá concorrer para acelerar o processo de unificação das amplas forças patrióticas e democráticas em torno da classe operária são as próximas eleições de 3 de outubro. Se bem que o Partido Comunista do Brasil ainda esteja privado de registro eleitoral e, portanto, do direito de participação direta no pleito, já anunciou que participará ativamente na campanha eleitoral e que tudo fará para unir brasileiros de todas as classes e camadas sociais, independentemente de crenças e opiniões políticas e sejam quais forem os partidos a que pertençam, visando defender a paz e a democracia e lutar pela emancipação nacional e contra a miséria e a fome que atormentam o povo.

Em face das próximas eleições, a classe operária, mais profundamente ainda do que na luta de cada dia por suas reivindicações, compreende a necessidade de unir suas forças. A isto só se opõem os que, no seio da classe operária, fazem o jogo da reação. Por sua vez, todos os reacionários e demagogos a serviço dos imperialistas norte-americanos sentem que sérias modificações se processam no estado de espírito das massas trabalhadoras e mostram-se por isso inquietos e cada vez mais receosos dos possíveis resultados das eleições de 3 de outubro próximo. A própria campanha eleitoral já os alarma, porque temem com razão que os comunistas a utilizem para realizar o esclarecimento das massas e conseguir entre os operários um novo progresso da ideia da unidade de ação.

Dai, a crescente ameaça de golpes de Estado e de golpes militares. A minoria reacionária que domina o país não vê, evidentemente, outra saída para as dificuldades que enfrenta. Com Vargas, sem Vargas ou contra Vargas, os generais e políticos da reação, asquerosos serviais todos dos monopólios norte-americanos, querem a implantação do terror policial e um regime fascista, na esperança de poderem assim mais facilmente impor ao país a política de traição nacional, de preparação para a guerra e de crescente esmorecimento das grandes massas populares. Enquanto o próprio Vargas tenta defender sua «democracia» com as balonetes e canhões do general Zenóbio, outro bando da reação, que se diz contra Vargas mas apóia de fato sua política de total submissão do Brasil ao governo de Washington e aos monopólios norte-americanos, utiliza todos os recursos e não vacila nem mesmo no crime de tentar jogar brasileiros contra argentinos, na esperança de tomar o poder e implantar a ditadura que reclamam seus atos norte-americanos.

Diante de tão graves ameaças à vida, às liberdades e à segurança da maioria esmagadora da nação, ganha enorme significação e importância cada dia maior a saída que apresenta o Partido Comunista, que com seu Programa dirige-se às mais amplas camadas de toda a população e a todos indica o caminho da salvação nacional. O povo brasileiro pode impedir a transformação do Brasil em colônia dos Estados Unidos, tem forças suficientes para pôr abaixo o regime dos latifundiários e grandes capitalistas ligados ao imperialismo americano, o governo de Vargas, governo de traição nacional, de preparação para a guerra, de fome e reação para os trabalhadores e substituí-lo por um verdadeiro governo do povo, um governo democrático de libertação nacional. É para avançar por esse caminho que o Partido Comunista propõe a formação de uma vasta frente democrática de libertação nacional, capaz de incluir desde operários e camponeses até a burguesia nacional, todos enfim que compreendam a necessidade de libertar o Brasil do jugo dos imperialistas norte-americanos, de liquidar o latifúndio e os restos feudais, de melhorar radicalmente as condições de vida da classe operária, de garantir o desenvolvimento independente da economia nacional e que queiram lutar por esses objetivos.

Tudo indica que o movimento operário brasileiro fará do 1.º de Maio de 1954 um novo marco em sua marcha para a frente no sentido da emancipação nacional e social do povo brasileiro. Consciente de seu poderio, o proletariado brasileiro passará em revista suas forças animado de profundo sentimento de solidariedade Internacional. Junto com todos os patriotas e democratas, os trabalhadores brasileiros saudam neste 1.º de Maio as grandes vitórias alcançadas pelos povos soviéticos no sentido de salvaguardar a paz no mundo inteiro e de fazer triunfar a política que assegura a coexistência pacífica dos sistemas socialista e capitalista. Saudam o glorioso povo coreano, a grande China Popular e os povos europeus que marcham pelo caminho da construção do socialismo. Saudam ainda o povo vietnamita e os demais povos que lutam contra a opressão imperialista.

Os trabalhadores brasileiros compreendem cada dia melhor a importância da luta que sustentam contra a política de preparação para a guerra dos imperialistas norte-americanos e de seus agentes no Brasil. Dirigidos pelos comunistas, estão cada dia mais conscientes da importância de seu setor na grande batalha dos povos contra a guerra e farão do 1.º de Maio uma jornada de afirmação de sua inquebrantável vontade de paz. O 1.º de Maio de 1954 será para o proletariado brasileiro um dia de luta, em que manifestará com novo vigor sua vontade de prosseguir com decisão pelo caminho da unificação de suas forças, na luta e para a luta, em prol de suas reivindicações imediatas, das liberdades democráticas, da independência nacional e pela salvaguarda da paz no mundo inteiro.

LUIZ CARLOS PRESTES

FORMANDO O FEIXE DE VARAS QUE NINGUÉM PODERÁ QUEBRAR

Despertam e lutam as massas camponesas do nordeste. Frutificam o exemplo e a lição da memorável Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas realizada em São Paulo, em setembro do ano passado. Agora, são os trabalhadores da terra de quatro Estados — Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte — que acabam de realizar vitoriosamente a I Conferência Regional dos Assalariados Agrícolas e Camponeses Pobres.

Participaram 147 delegados vindos de dezenas de municípios. Eles debateram e tomaram resoluções de acordo com seus interesses. Discutiram e deliberaram livre e democraticamente sobre as questões mais sensíveis para eles — a reforma agrária, a aplicação das leis sociais no campo, a baixa do preço do arrendamento, o preço mínimo para o algodão e o agave, a proibição da «meia» e da «terça», a liberdade de plantio, compra e venda dos produtos, crédito fácil e barato para os pequenos produtores, a questão dos flagelados, o reatamento de relações comerciais e diplomáticas com todos os países, as resoluções da Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas, os problemas da organização de milhões de camponeses.

Em dois dias, 20 e 21 de fevereiro, trabalharam incansavelmente e com entusiasmo. Uma alma nova animava aqueles homens. Para coroar seus trabalhos promoveram um comício como Campina Grande não tinha visto antes, pois a Conferência foi em Campina Grande, Paraíba. Vieram 3 000 pessoas, sinal que a população acompanhava a Conferência e lhe deu seu apoio. Vieram também os policiais de Getúlio e saíram desmoralizados. Pois um delegado e oito tiras subiram ao palanque e ali, impotentes ouviram como os oradores camponeses disseram toda a verdade seus sofrimentos e esperanças, e suas reivindicações e disposições de luta, sob os aplausos do povo reunido em praça pública. A polícia dos latifundiários e do governo foi derrotada.

DE BRAÇO DADO COM OS OPERÁRIOS DA CIDADE

Uma realização dessa importância e de tamanho al-

cance não se faz de improviso. A Conferência foi o coroamento de um vasto trabalho de esclarecimento, de mobilização de milhares de pessoas espalhadas num imenso território, de organização. Dois meses durou a preparação da Conferência. Como os camponeses do nordeste conseguiram fazer tudo isso, vencer tantos obstáculos?

A explicação está no fato novo de que os camponeses marcham de braço dado com seus irmãos, os operários da cidade. O patrocínio e convocação da Conferência correu por cargo da Comissão Inter-Sindical da Paraíba. E na própria Conferência, já estavam 15 líderes sindicais da Paraíba. De Pernambuco vieram delegados fraternais dos sindicatos dos Carris Urbanos, da Construção Civil, dos Marítimos, de Carga e Transporte Rodoviário, dos Sapateiros de Timbauba e da Associação dos Pescadores. Participaram dos trabalhos representantes da Câmara

Municipal de Recife e da Associação das Mulheres de Pernambuco, atendendo ao apelo dos camponeses por intermédio da Comissão Inter-Sindical.

Esta ajuda fraternal dos operários e seus sindicatos foi constante, desde a convocação, durante a preparação, até o comício de encerramento.

INTENSA REPERCUSSÃO EM TODO O NORDESTE

É claro que os grandes fazendeiros e o governo de Getúlio tudo fizeram para impedir a Conferência. Em alguns lugares, por meio de calúnias, perseguições e mentiras conseguiram impedir que os delegados eleitos pelas assembleias preparatórias viajassem para Campina. De Natal só vieram três dos seis delegados eleitos, da zona oeste de Pão de Açúcar do Norte não puderam vir 2 delegados bem como 22 delegados da zona da mata de Pernambuco.

Mas nada disso conseguiu impedir a profunda repercussão da Conferência, nem poderá impedir que seu trabalho frutifique. A rádio de Palmares anunciou durante oito dias a realização da Conferência, bem como a Rádio Poti e os serviços de alto-falantes de Natal. Também cederam seus microfones a Rádio Borborema e a Rádio Caturité, que irradiou a sessão de instalação e o comício de encerramento.

O manifesto de convocação da Conferência foi lido da tribuna das Câmaras Municipais de Recife, João Pessoa, Olinda, Goiana. Palmeira se Catende, bem como na Assembleia Legislativa de Pernambuco. O prefeito de João Pessoa cedeu um caminhão para o transporte dos delegados. Vinte sindicatos de Pernambuco contribuíram financeiramente para custear os trabalhos. O mesmo fizeram 29 sindicatos operários da Paraíba, além de duas associações e três clubes recreativos. A Conferência contou com o apoio de

deputados, vereadores, professores, advogados, agricultores e vários personalidades, contando-se o dr. Banos Baneto, avaliador do Estado Pernambuco, o prefeito, subprefeito e secretário de Palmares, o prefeito de Cajazeiras, o delegado regional do Trabalho, o delegado do IAPTEC da Paraíba.

Manifestos, boletim e falas surgiram nos mais diferentes pontos

SEMEADURA EM TERRA FÉRTIL

Mas isso não diz tudo. Os atos preparatórios da Conferência são como sementeura em terra fértil. Por exemplo: em Escada (Pernambuco) a conferência local reuniu 2.000 pessoas, em três assembleias no Sindicato Rural, a maioria de assalariados agrícolas convocados por meio de um carro com alto-falante e 12.000 voantes distribuídos. Outra assembleia realizou-se no Sindicato Textil de Escada. A conferência de Goiana, cuja convocação foi assinada por 26 personalidades, inclusive seis vereadores, reuniu mais de 150 pessoas. Mas feiras de Goiana e Condado foram feitas mais de trinta palestras, bem como nos engenhos da Zona da Mata. No Sindicato Rural de Baneiros houve como assembleia na Linha Norte, ainda em Pernambuco, em numerosas palestras e pequenas assembleias, foram eleitos delegados. A Liga Camponesa de Beberibe realizou duas assembleias — na primeira vieram 40 camponeses, na segunda já eram cem.

Assim foi feito também na Paraíba — em Sapé na Fazenda Acaes, em Santa Rita, Mamanguape, Taboca, Lagoa Nova e Marí.

O mesmo aconteceu nos demais Estados e nos mais diversos lugares.

A UNIÃO QUE FAZ A FORÇA

Mas tudo isso é o princípio. Logo em seguida é preciso organizar, unir os camponeses a exemplo dos operários das cidades. No decorrer os preparativos da Conferência surgiram importantes organizações camponesas no nordeste. Eis alguns exemplos:

— Foi organizado o Sindicato dos Assalariados Agrícolas das Usinas de Açúcar de Pernambuco. 500 socios fundadores, sendo 300 de Catende. Homens e mulheres se sindicalizam diariamente. Nos dias de feira em Catende, a sede fica cheia de gente que vai encher as protostas para se associar. Nos outros dias, a sindicalização é feita à noite nos engenhos.

— Foi organizado um Sindicato Rural na Zona Oeste do Rio Grande do Norte. Sede em Barauna. 81 socios fundadores.

— Foi organizada a Associação Recreativa de Gamilheira. 40 socios fundadores.

— Foi organizado o Sindicato Rural de Barreiros. 575 socios fundadores.

Logo na primeira arrancada foram sindicalizados 1.283 camponeses. Assim começou a se formar a união que faz a força, o feixe de varas que ninguém pode quebrar.

ISTO É O PRINCÍPIO — A LUTA CONTINUA

Mas se o grande comício de encerramento significou o término da grande festa que foi a reunião dos camponeses nordestinos, ele demonstrou também que era o princípio de uma nova grandiosa e crescente luta.

Todas as teses e mocções foram aprovadas. A principal delas é a criação da Comissão Permanente compos-

APOIADOS POR TODO O POVO

Em Campina Grande, durante a realização da Conferência, os camponeses foram acolhidos carinhosamente pela população, especialmente nos lares operários. Os delegados foram alojados em residências e clubes e as pensões fizeram abatimentos de 50%. As contribuições do comércio de Campina Grande cobriram as despesas com a alimentação dos delegados. Um comando na feira recolheu grande quantidade de gêneros. Uma padaria ofereceu cem kgs. de pão. Em duas palavras — sobreram mantimentos.

ta por camponeses dos quatro Estados — Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas. Para apoiar a já existem vários sindicatos e associações que crescerão e estimularão a criação de novas organizações. Isto foi o princípio, a luta continua. Uma nova aurora desabrocha no sombrio latifúndio. Apoiados e orientados pelo proletariado, os milhões de camponeses do Brasil conquistarão seus direitos, construirão uma vida melhor. Eles olham para o futuro com confiança e animo combativo.

DA PALAVRA PARA A AÇÃO: OS CAMPONESES LUTAM

Durante a preparação da Conferência, nos meses de janeiro e fevereiro, os camponeses travaram lutas vitoriosas pelas suas reivindicações imediatas. Exemplos: greve vitoriosa dos cortadores de cana de Fortaleza e Timbó por aumento de salário de Cr\$ 100,00; participando com trabalhadores; greve por Cr\$ 200,00 de aumento de salário em Cunhambuca, Pontal, Barra, Cachoeira Liza, em que obtiveram a vitória 150 assalariados agrícolas; greve vitoriosa pelo recebimento dos atrasados na Cachoeira Liza, num movimento que levantou 400 trabalhadores, obteve a adesão de quatro engenhos e durou 30 horas.

Foram também colhidas numerosas assinaturas para memoriais, em Santa Teresinha — contra o vale, em Catende — pelo salário-mínimo. O Sindicato Rural de Escada, em assembleia, decidiu encabeçar a luta pela extensão dos novos níveis de salário-mínimo ao campo.



PERGUNTAS E RESPOSTAS

Sobre a Questão Agrária

PERGUNTA — A propósito da questão agrária, desejo fazer duas perguntas: 1) Por que motivo o Programa do P. C. B. preconiza a repartição das terras e sua entrega aos camponeses em propriedade privada, em vez de estabelecer a propriedade coletiva no campo? 2) Como se chegará, no futuro, à propriedade coletiva das terras?

(Antonio Bandeira Lemos — Santos — São Paulo)

RESPOSTA — O Programa do P. C. B. preconiza a repartição das terras e sua entrega em propriedade privada aos camponeses — e não a coletivização das terras — porque em face das condições atualmente existentes no país a única solução justa para o problema agrário é a repartição da terra dos latifundiários e sua entrega, gratuitamente, aos camponeses ou aos que nelas queiram trabalhar. Seria um grave erro, no presente momento, adotar-se a coletivização das terras em nosso país. Tentar essa solução seria violar as leis econômicas objetivas, que regem o desenvolvimento da sociedade brasileira. Quem quer que tentasse essa solução, sofreria inevitavelmente as consequências desastrosas de uma medida ensaiada fora de tempo.

A questão que se coloca na ordem do dia, hoje, em relação à agricultura, no Brasil, é a extinção do latifúndio e das sobrevivências feudais, e a abolição das relações de produção semifeudais predominantes no campo. Residem aí os fatores responsáveis pela decadência crônica da agricultura em nosso país.

O monopólio da terra em mãos de uma minoria de latifundiários faz com que não chegue sequer a 10% das propriedades a área ocupada pela lavoura. A espantosa concentração da propriedade territorial explica por que existindo no país 11 e meio milhões de pessoas dedicadas às atividades agropecuárias, há apenas dois milhões de propriedades no campo, o que quer dizer que aproximadamente 9 e meio milhões de pessoas dependentes da agricultura não têm terra, são brutalmente exploradas no trabalho em terras alheias. O latifúndio e as sobrevivências feudais são responsáveis pela insignificante produção da agricultura brasileira. Como demonstram as próprias estatísticas oficiais — e como foi informado até mesmo pela delegação brasileira no recente Seminário da F. A. O., em Campinas — enquanto as propriedades com mais de mil hectares, dominando 48% da área total do Brasil, dão uma renda de 32 cruzeiros por hectare e contribuem com 16% do valor da produção agropecuária as propriedades até 100 hectares, representando cerca de 26% das terras de todas as propriedades, rendem 170 cruzeiros

por hectare e contribuem com mais de metade da produção.

A realidade mostra que o predomínio do latifúndio e das sobrevivências feudais, dando lugar às relações de produção semifeudais no campo sufoca e esmaga as forças produtivas em nossa agricultura. Libertar e expandir essas forças é uma exigência imperiosa do desenvolvimento social do país.

Trata-se portanto, de libertar as forças produtivas na agricultura dos obstáculos que impedem o seu desenvolvimento. No quadro atualmente existente no campo, caracterizado pela predominância das relações de produção semifeudais, isso significa acabar com o regime latifundiário e introduzir as relações de produção capitalistas na agricultura. Essa é uma condição indispensável para que as massas camponesas saiam da situação de tremenda miséria em que agora se encontram, para que se desenvolva a produção agrícola e pecuária e para que surjam as bases concretas, de crescimento do mercado interno, que possibilitarão a industrialização do país. Além disso, esta é uma condição básica para que possa o Brasil se libertar do jugo do imperialismo norte-americano, uma vez que está no monopólio da terra e nos restos feudais a base econômica em que se apoiam os trustes ianques para dominarem a nossa pátria.

Como é evidente, para se atingir tais objetivos, o caminho a seguir é o da repartição da terra, em propriedade privada, entre os camponeses. Este é o passo que terá de ser dado, nas condições imperantes hoje em nosso país, para libertar as forças produtivas no campo dos entraves que sufocam o seu desenvolvimento. A propriedade camponesa individual é uma forma progressista de apropriação e exploração da terra, relativamente ao regime latifundiário. Nas condições do Brasil, ela não só é progressista, mas também constitui uma etapa necessária e inevitável no progresso do desenvolvimento econômico e social do país, pois só à base do desenvolvimento ulterior das relações de produção capitalistas no campo será possível passar-se para relações de produção socialistas.

Com a realização da reforma agrária pelo governo democrático de libertação nacional se verificará um extraordinário florescimento da economia agrícola. Pa-

sarão a predominar no campo as propriedades médias, como atualmente acontece, por exemplo, na China, em consequência da reforma agrária ali realizada. Ao lado disso, o Estado democrático popular, ao contrário do que se dá atualmente, levará à prática as medidas necessárias para assegurar o incessante florescimento das atividades agrícolas e pecuárias. Desse modo, haverá crédito e ajuda técnica à lavoura, os produtos agrícolas e pecuários serão entregues à base de preços mínimos garantidos pelo governo, os impostos serão consideravelmente reduzidos, surgirão enfim as condições indispensáveis a um impetuoso desenvolvimento da agricultura.

A posse das terras pelos camponeses, hoje despojados de qualquer bem, inaugurará, portanto, uma nova e promissora etapa na vida dos trabalhadores do campo e de todo o nosso povo. Lançará as bases para o efetivo progresso da nação brasileira.

Levando-se em conta, portanto, a estrutura econômica do país, será fácil concluir que não existem, presentemente, no Brasil, condições que permitam a coletivização das terras. Já que não existem condições favoráveis, seria um erro de funestas consequências se se tentasse levar à prática tal medida.

Ao lado disso, o Programa não poderia deixar de ter em conta o estado de espírito das grandes massas camponesas, que — como afirma o camarada Prestes no Informe ao Comitê Central do P. C. B. — desejam a posse da terra, são favoráveis à distribuição da terra em propriedade privada.

Este é um aspecto de fundamental importância, uma vez que a palavra de ordem sobre a questão agrária, para se tornar vitoriosa, terá de ser uma palavra de ordem capaz de despertar e mobilizar para a luta as grandes massas do campo, e assim conduzir à formação da aliança operário-camponesa, base da frente democrática de libertação nacional. Em relação à questão agrária, o Partido precisa abrir ante os camponeses uma perspectiva de luta que, refletindo com exatidão os seus anseios mais profundos, possa, como diria Stálin, inflamar os corações dos camponeses. Não há dúvida de que essa perspectiva não poderia ser outra senão a entrega da terra, gratuitamente e sob a forma de Propriedade privada — como estabelece o ponto 37 do Programa do P. C. B..

Pergunta ainda o leitor como se chegará, no futuro, à propriedade coletiva das terras. Este é um problema realmente do futuro, de uma etapa mais avançada da revolução brasileira. Sua solução não está nem pode estar, por isso, colocada na ordem do dia. Atendendo, entretanto, à pergunta do leitor procuraremos esclarecer o assunto.

Quando a base do ulterior desenvolvimento das forças produtivas no campo, surgir o problema da passagem da propriedade individual à propriedade coletiva da terra, teremos de levar em conta, antes de mais nada, o princípio leninista da voluntariedade,

segundo o qual a passagem ao cultivo coletivo da terra deve ser feito pelo novo poder unicamente com as maiores precauções e de modo gradual, servindo-se de exemplo, sem esquecer nenhuma espécie de coação sobre os camponeses médios. Nesse sentido, têm grande valor para nós as experiências tanto dos países de democracia popular da Europa como da China. Nesses países, reverte-se de uma importância decisiva o respeito ao princípio da persuasão e da voluntariedade na passagem da propriedade camponesa individual para a cooperação ou propriedade coletiva. Os Partidos Comunistas nesses países tomam todas as providências para evitar que sejam adotadas medidas capazes de levar a precipitações no que concerne à coletivização da agricultura. Em agosto do ano passado, por exemplo, em nome da direção do Partido húngaro, alertava Imre Nagy para o perigo do crescimento demasiadamente rápido das cooperativas de produção, assim como de se infringir o princípio leninista da voluntariedade. Quanto à China onde a terra foi dada aos camponeses em propriedade privada, a forma mais comumente adotada de trabalho coletivo é ainda a das equipes de ajuda mútua, nas quais se reúne apenas um número reduzido de famílias. A principal tarefa para o campo na China, presentemente, não é ainda a construção de fazendas coletivas, mas a passagem das equipes de ajuda mútua — forma mais elementar de trabalho cooperativo — para as cooperativas de produção.

O princípio da adesão voluntária dos camponeses às fazendas coletivas é um princípio de fundamental importância para a coletivização da agricultura. Violar esse princípio é condenar-se ao fracasso. De fato, que rendimento pode assegurar uma fazenda coletiva em que estejam camponeses não esvaziados das vantagens da coletivização, mas com o pensamento voltado para o seu pedaço de terra?

As massas camponesas serão ganhas para a coletivização no campo à medida em que se convençam, através dos próprios exemplos, das vantagens da coletivização. Daí a necessidade do estímulo ao cooperativismo, simultaneamente com a ajuda à propriedade individual. Isso significa que haverá no campo formas simultâneas de exploração da terra, embora de início com a predominância indiscutível da exploração individual. Será através do estímulo à formação e desenvolvimento das cooperativas que o Estado democrático-popular mostrará às massas camponesas, concretamente, através do exemplo, as vantagens da coletivização. Essa forma de exploração da terra, embora inicialmente em proporção mais reduzida, será o novo em permanente desenvolvimento. Ela se tornará predominante à medida em que os camponeses forem compreendendo as suas vantagens e dando-lhe a sua adesão voluntária.

O Programa do P. C. B. dá, portanto, uma solução justa e completa à questão agrária em nosso país.

A Ajuda à Construção de Casas Para o Povo

PERGUNTA — De que modo o governo democrático de libertação nacional resolverá o problema da construção de casas para o povo? (Sérgio Moreira - Goiânia)

RESPOSTA — O Programa do PCB aborda no ponto 19 o problema da construção de casas para o povo. Estabelece esse ponto do Programa:

"Ajuda do Estado à construção de casas para o povo, de maneira a assegurar dentro do menor prazo residência digna e barata para a população trabalhadora".

Isso significa que o governo democrático de libertação nacional se empenhará em assegurar à população trabalhadora, no menor prazo possível, a solução para um dos seus angustiantes problemas: a habitação.

Presentemente, são imensas as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores no que se refere à habitação. Além de morar em casas onde não existem, muitas vezes, condições mínimas de higiene e de segurança, os trabalhadores são forçados a pagar alugueis que se elevam cada vez mais. Além disso, o Estado não dá qualquer ajuda efetiva aos trabalhadores para a edificação de residências e os materiais de construção custam preços cada dia mais altos e absurdos. Como consequência, acontece que o número de casas construídas está longe de acompanhar o ritmo de crescimento da população. Isso se verifica até mesmo na Capital do país que, segundo tudo indica, é onde mais se constrói no Brasil. Segundo revelam as próprias estatísticas oficiais houve no Distrito Federal, em 1953, uma diminuição de 8 a 9% nos índices de "habite-se" para residências e casas populares, enquanto nesse mesmo ano a população carioca cresceu num ritmo de 3,5%.

Ao contrário do que faz o governo de Vargas, o Estado democrático popular assegurará residência digna e barata para a população trabalhadora através da ajuda à construção de casas para o povo.

Na ajuda prática e eficiente à construção de casas consiste, portanto, o meio principal através do qual o futuro poder encaminhará a solução do grave problema da habitação.

Seria falso dizer que o governo democrático de libertação nacional construirá casas para entregar ao povo, gratuitamente. Por que? O Programa do PCB é um documento sério e honesto, que corresponde exatamente à realidade objetiva de nosso país. E essa realidade indica que, após a vitória do povo contra os latifundiários e grandes capitalistas serviais dos monopólios ianques, o futuro governo não disporá dos recursos necessários para solucionar

de uma vez todos os problemas que atualmente afligem o nosso povo.

A dominação dos imperialistas norte-americanos e dos latifundiários faz com que o Brasil seja um país atrasadíssimo, onde quase tudo está por fazer. Para arrancar o país dessa situação e assegurar ao povo a felicidade e o bem-estar será preciso, obrigatoriamente, concentrar os esforços nas tarefas consideradas decisivas. Assim, o Estado democrático popular terá que se preocupar, antes de tudo, em assegurar o rápido desenvolvimento dos setores básicos da economia nacional, como a indústria pesada e a produção agrícola. Esse é o caminho provado, percorrido por outros povos que já se libertaram da dominação imperialista e do jugo dos latifundiários, é o único caminho capaz de conduzir ao bem-estar material de toda a população. Isso quer dizer, conseqüentemente, que o Estado não poderá contar com os recursos indispensáveis para a construção imediata de casas e sua entrega à população.

Se o Programa afirmasse que o Estado construirá casas para toda a população trabalhadora, estaria fazendo promessas irrealizáveis, mera demagogia. E isso não seria honesto, não estaria de acordo com a seriedade com que age o Partido Comunista nem com o caráter científico, objetivo, de sua política. Promessas desse tipo fazem os governos que vivem à custa de enganar as massas, repetindo promessas sobre promessas, para esquecê-las no primeiro instante.

O governo de Vargas, por exemplo, sempre prometeu casas para o povo. Mas, na verdade, nada fez, nesse sentido que possa ser considerado. O que faz o governo, realmente, é utilizar o dinheiro que os trabalhadores são obrigados a recolher aos Institutos de previdência social para as mais cínicas negociações através da Fundação Casa Popular. As poucas e péssimas casas atualmente construídas e alugadas pelas instituições governamentais são entregues quase sempre a pessoas protegidas pelos políticos reacionários e não a verdadeiros trabalhadores.

Nas condições concretas de nosso país, a maneira mais justa e eficiente que terá o governo democrático de libertação nacional para encaminhar a solução do problema da habitação será a ajuda, por todos os meios, à construção de casas para os trabalhadores. Esta questão, nos seus diferentes aspectos, será regulada em lei especial. Mas, desde logo, pode-se afirmar que, como resultado da ajuda do Estado popular, os trabalhadores passarão a pagar alugueis bastante reduzidos, e para a construção de casas próprias contarão com uma série de medidas de proteção adotadas pelo Estado, tais como o fornecimento de terrenos, materiais de construção e plantas em condições perfeitamente acessíveis aos trabalhadores.

VOZ DOS LEITORES

INTERESSANTE EXPERIENCIA DE PROPAGANDA DA LEGALIDADE DO PARTIDO COMUNISTA



A legalidade para o Partido Comunista do Brasil é uma aspiração das massas populares, participando em eleições dos trabalhadores. Por outro lado verifica-se entre os trabalhadores grande interesse em eleição de candidatos realmente populares nas próximas eleições e isso é um reflexo do profundo descontentamento contra a corrupção do governo e do logro imposto pelos políticos das classes exploradoras.

Bem ilustrativa desse fato é a experiência vivida por operários de vanguarda numa fábrica do Tatuapé, (Capital de São Paulo), onde trabalham em várias turmas 800 operários aproximadamente. Esses operários, entusiasmados com a luta pela legalidade do PCB e de sua participação nas eleições ao lado de aliados, tiveram a iniciativa de realizar um plebiscito na empresa. Para esse fim arranjaram duas caixinhas vazias de «Mate Leão» que serviu de urna e passaram a correr várias seções fazendo a seguinte pergunta: «Se o PCB for reaberto você concorda em eleger os candidatos do Partido de Prestes?».

Assim foram percorridas as seguintes seções: Tinturaria, acabamento, Preparação, Cru, Mecânica, Lavagem, Cordoaria, e Vaporagem. A contagem, feita na presença de todos, deu o seguinte resultado:

Sim	450 votos.
Não	32 votos.

Observa-se ainda que nesse total só figuram as turmas que no momento estavam em serviço.

DEPOIS DE NOVE HORAS DE SERVIÇO CULTIVAM GÊNEROS PARA SEU CONSUMO

RIO CLARO — Estado de São Paulo (Do correspondente) — É doloroso o estado de miséria dos operários do Horto Florestal da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, nesta cidade. Os operários trabalham 9 horas por dia sem receber extraordinários. Há homens que ganham 10 cruzeiros por dia mas só recebem 30. Segundo se diz, os 10 cruzeiros que faltam são divididos entre o empregado e os chefes do Horto. Com esse dinheiro os trabalhadores são forçados a comprar leite, pagar aluguel de casa, e cruzeiros de transporte e, ainda, manter a família. Os que moram no Horto vivem em casas que só serviam para estábulos, pois são velhas, construídas há mais de 50 anos, cheias de ratos, aranhas e escorpiões que frequentemente picam seus moradores. Essas casas só são cuidadas de 10 em 10 anos.

Depois de 9 horas de trabalho os operários do Horto ainda vão plantar arroz e feijão, para diminuir a fome de suas famílias. Mas mesmo nisso os chefes exploram os trabalhadores, utilizando-os, apesar de receberem apenas da Companhia os míseros 30 cruzeiros, para as plantações e a criação de porcos e galinhas pelo sistema da "terça". Quer dizer, o trabalhador fica com uma parte e eles ficam com duas.

Quando morre algum operário ou membro de sua família, este é obrigado a recorrer à solidariedade popular para custear o sepultamento. Se quem morre é um chefe de família o sr. Navarro atrai logo a vizinha na rua sem abrigo e sem recursos, alegando que "os operários estão pedindo sua casa" e faz isso para atrair os trabalhadores uns contra os outros e encobrir a sua crueldade.

Os operários do Horto já tomaram conhecimento do Programa do Partido Comunista do Brasil. Muitos deles

já compreenderam que só o PCB conduz o povo pelo caminho da salvação, para um regime onde "o capital mais prático é o homem". Enfim, desejam um governo do povo num regime onde as leis são feitas de acordo com a maioria da nação e não para meia dúzia de guerreiros americanos, de latifundiários e grandes capitalistas. Queremos um regime democrático e popular e não um regime onde os trabalhadores passam fome e privações de toda a natureza.

MOINHO MATARAZZO:

Greve de um dia e meio contra o trabalho aos domingos

SÃO PAULO (Do correspondente do Moinho Matarazzo) — Dia 29 de março os trabalhadores desta empresa suspenderam o trabalho em sinal de protesto contra a arbitrariedade dos patrões que queriam obrigá-los a trabalhar aos domingos, sendo o descanso semanal transferido para o meio da semana, para as turmas em revezamento. Essa medida arbitrária que contraria as próprias leis trabalhistas, causa sérios prejuízos aos trabalhadores; Em primeiro lugar, impede as assembleias domingueiras no sindicato; além disso, impede os jovens de disputar suas partidas de futebol no clube que recentemente fundaram e que constitui um dos seus poucos divertimentos.

A greve durou um dia e meio e não foi vitoriosa porque ainda não fizemos as coisas como elas devem ser feitas. Em primeiro lugar, não há grande frequência no sindicato o que permite à diretoria fazer acordos com os patrões à revelia dos operários. Em segundo lugar, porque a greve não teve a necessária organização, permitindo-se, inclusive, que durante a ação do piquete se infiltrassem tiras do DOPS armados de cassetetes. Aconteceu então que, à saída de uns fura-greves, os policiais passaram a espancar os grevistas para evitar que eles conseguissem convencer os fura-greves da justiça da luta.

Terminada a greve, Matarazzo concentrou ainda por alguns dias a polícia de Vargas e Garcez na sua empresa a fim de obrigar os operários a se submeterem aos seus desejos. Mas o descontentamento é muito grande e aquela greve foi apenas a primeira escaramuça. De nada valem as ameaças de dispensa pois os trabalhadores sabem se organizar melhor e, com a solidariedade de outros setores da classe operária, apoiando-se na unidade de ação dentro dos sindicatos, não tardarão a dar a resposta merecida pelos exploradores e o governo.

De outra feita, os trabalhadores do Moinho Matarazzo realizaram uma paralisação de protesto contra a atitude tomada pelos diretores querendo obrigá-los a exercer outros serviços quando há falta de trabalho por culpa da empresa. Dia 27 de março último os trabalhadores se recusaram a executar as arbitrárias ordens dos patrões. Estes, apoiados nos pelegos do sindicato e da federação dos trabalhadores, que vieram ao moinho para tentar convencê-los, alegavam que os operários eram

obrigados a executar as tarefas. Mas a turma que revezou as 14 horas, resistia às ordens arbitrárias. Por estar o moinho parado devido à falta de trigo, os patrões queriam forçar os operários a descarregar farinha no Passifloro. A arbitrariedade foi cometida, é verdade, mas os patrões tiveram que enfrentar a resistência e o justo protesto dos operários. Com esta demonstração os operários compreenderam que tem condições para obter vitórias se agirem unidos. Uma comissão que fosse criada na hora da paralisação, uma rápida reunião, teria permitido reforçar a luta e, inclusive, levantar outras reivindicações principalmente o aumento de salário.

ATENTADOS AOS DIREITOS DOS TRABALHADORES DA FÁBRICA DE TECIDOS



PELOTAS (Do correspondente) — Como se já não bastasse a terrível exploração a que submetem os operários e as operárias, os patrões da Fábrica de Tecidos adotaram nova medida arbitrária e absurda que atinge em cheio os mais elementares direitos do homem e infringe as leis trabalhistas. Diariamente, meia hora depois de começar a trabalhar ou meia hora antes de terminar o serviço, é proibido ir à patente. Os reservados dos homens e das mulheres são agora fechados a cadeado das 7:30 às 8 horas, das 11 às 11:30 da 1 à 1:30 e das 5 às 5:45 horas.

Depois de largar o serviço, operárias e operários são obrigados a sair sem se lavar, depois do sujidade do trabalho que executam, porque até os lavatórios se acham trancados.

Além disso é também proibido ir mais de uma vez à patente durante o mesmo turno. Sob pena de suspensão. O operário Volnei Pacheco, por exemplo, foi suspenso por três dias só porque fora duas vezes ao reservado. Nem em caso de doença é aberta exceção.

Também é praticamente proibido ir ao escritório da firma. A entrada é preciso que o operário diga o que deseja a uma funcionária colocada de guarda à porta. Se for fazer alguma reclamação ou apresentar uma reivindicação, é certo que o trabalhador não consegue entrar. Enquanto isso, o Sindicato não toma qualquer atitude. seu presidente, Natalio Cardoso fica pelos cantos cochichando com os patrões e pouco se importa com a sorte dos que trabalham. Os operários, porém, já conhecem os seus direitos e se movimentam para exigir uma Assombliá do Sindicato para tratar do fechamento das patentes e da obtenção do salário mínimo de 1.800 cruzeiros. Os patrões cujos lucros aumentam constantemente não demoram a pagar esta

O FALECIMENTO DE UM JOVEM DIVULGADOR DA VOZ OPERÁRIA



PORTO ALEGRE. (Do correspondente) — A VOZ OPERÁRIA acaba de perder o mais jovem de seus colaboradores no bairro dos Navregantes, nesta Capital: o menino Oscar Oleksink que, apesar dos seus 13 anos de idade, havia começado vendendo 2 exemplares deste jornal e vinha ultimamente distribuindo de 10 a 12 por semana. «Sou muito interessado em divulgar os jornais de Prestes» — dizia ele — «porque tenho a certeza de que mais hoje, mais amanhã não irá faltar escolas para as crianças pobres», ocasião do desaparecimento tão prematuro do nosso jovem colista, os encarregados da difusão da imprensa da verdade e da paz apresentam sentidas condolências à família de Oscar.

O GOVERNO SACRIFICA OS DIARISTAS DE OBRAS

RECEBEMOS do nosso leitor Antonio Siqueira, de Belém do Pará, a seguinte carta:

«Sr. diretor:

Já se encontra tramitando no Senado Federal o projeto que vem trazer benefícios aos diaristas de obras. É preciso notar que os servidores da União, desse setor, infelizmente, até hoje não conseguiram obter os benefícios instituídos para os demais servidores com o salário-família e o abono de emergência pela lei 1.765. Desde dezembro de 1952 estão excluídos dos referidos benefícios.

Além de tudo, os diaristas de obra, os que exercem função de caráter itinerante, são obrigados a viajar constantemente mas sem direito a ajuda de custas e nem a diária fora da sede. Portanto, com os poucos vencimentos que percebem, têm que custear as despesas fora da sede viajando a serviço e manter a família que permanece no local da sede. Ora, sr. diretor, é preciso que termine essa injustiça contra uma camada de brasileiros modestos e trabalhadores. Conto com o apoio da VOZ OPERÁRIA».

Saudação ao Partido Comunista do Brasil

S. MIGUEL PAULISTA — «Salve 25 de Março de 1954! Data festiva para o proletariado brasileiro, porque nesta data o Partido Comunista do Brasil completa 32 anos de vida difícil. Vida difícil porque são 32 anos de luta contra o imperialismo norte-americano, os grandes capitalistas e os latifundiários, pois são estes os principais causadores da miséria que assola nosso pátria, encarnados no governo de Vargas». — assim começa a carta do sr. José Firmino dos Reis, saudando a grande data.

Depois de render homenagem aos mártires da luta revolucionária do nosso povo, esse leitor conclui:

«Em vão tentam os inimigos

Lida com entusiasmo a VOZ OPERÁRIA

O leitor V. L. de Barros Barbosa, Rio Grande do Sul nos escreve acusando ter recebido dois exemplares da VOZ OPERÁRIA e manifesta sua satisfação por interpretar-se de que candidatos populares estão organizando escritórios eleitorais. Comunica que depois de ler a VOZ entrega os exemplares a dois ferroviários os quais, de volta, comentam com muita satisfação e entusiasmo os assuntos contidos no jornal.

NOTA DA REDAÇÃO

Sugerimos a esse leitor que convide os nossos leitores ferroviários a que escrevam para a VOZ OPERÁRIA contando como vivem, quanto ganham, quais as dificuldades que sofrem, quais os preços dos gêneros na cidade, como é sua organização sindical, quais suas reivindicações, etc.

Já saiu o 4º volume de OBRAS

do J.V. STÁLIN

CONTENDO ESCRITOS DE NOVEMBRO DE 1917 A 1920

Cr\$35.00

PEDIDOS À EDITORIAL VITÓRIA LIMITADA RUA DO CARMO, 6-13º ANDAR, SACA 1306-RIO

VOZ OPERÁRIA

Diretor Responsável
JOAO BATISTA DE LIMIA F SILVA
MATRIZ
Av. Rio Branco, 257, 17.
and. sala 1712
SUCURSAIS

São Paulo — Rua dos Estudantes, 84, s/ 29 — 2.º andar.
P. Alegre — Rua Voluntários da Pátria, 527, sala 48.
Recife — Rua da Palma, 295, s/ 205, Ed. Scel.
Salvador — Rua João de Deus, 1, s/1.
Fortaleza — Rua B. do Rio Branco, 1248, s/22.

Endereço telegráfico da Matriz e das Sucursais:

VOZPERIA
ASSINATURAS

Anual	Cr\$ 60,00
Semestral	30,00
Trimestral	15,00
N. avulso	1,00
N. atrasado	1,50

Este semanário é reimpresso em S. PAULO, PORTO ALEGRE, SALVADOR, RECIFE, FORTALEZA E BELEM.

ELEGER OS PATRIOTAS!

Em outubro próximo o povo brasileiro irá às urnas para eleger

- ☆ PREFEITOS E VEREADORES NOS MUNICÍPIOS
- ☆ GOVERNADORES E DEPUTADOS ESTADUAIS
- ☆ SENADORES E DEPUTADOS FEDERAIS

São de grande importância para o nosso povo as próximas eleições. Os interesses da nação e do povo exigem que sejam eleitos os candidatos honestos e patriotas, que sejam derrotados os reacionários e entreguistas.

Quem São os Patriotas?

PATRIOTAS são os que lutam pela paz, pelo entendimento entre os países, contra o envio de nossos jovens para os campos de batalha, contra a militarização do Brasil.

Patriotas são os que lutam pela democracia pelos direitos do cidadão, pelo respeito às liberdades constitucionais, contra as violações das franquias democráticas, contra as leis de exceção, contra a fascistização do país.

Patriotas são os que alertam a nação e a convocam para a luta contra o inimigo mortal de nosso povo — os imperialistas americanos. Patriotas são os que denunciam e combatem o crescente domínio dos trustes ianques que exploram nosso povo e saqueiam nossas riquezas e pretendem transformar o Brasil em colônia dos Estados Unidos.

Patriotas são os que lutam contra a carestia, contra a miséria e a fome, por melhores condições de vida para a classe operária e as amplas massas populares.



Nada cidadão alistado representa uma possibilidade a mais para a vitória das forças patrióticas nas eleições de outubro.

Quem São os Entreguistas?

Entreguistas são os traidores que tudo fizeram para a aprovação do Acôrdo Militar e tudo fazem para aplica-lo porque pretendem entregar o sangue de nossa juventude em troca de dólares.

Entreguistas são os inimigos da liberdade, os partidários das leis de arrocho — lei de segurança, lei de «infidelidade» à pátria — os saqueadores de jornais populares, os espancadores e assassinos de patriotas, os assaltantes de sindicatos operários, organizações camponesas e populares.

Entreguistas são os vende-pátria que abrem as portas do Brasil aos monopólios americanos e lhes entregam as riquezas do país, os que sufocam a indústria nacional em benefício dos trutes ianques, os que defendem o odioso racionamento da Light e da Bond and Share.

Entreguistas são os esfomeadores do povo, os que escorçam a nação com impostos estorsivos para comprar armamentos dos americanos, para militarizar o país, os que só cuidam do transporte de minérios estratégicos e deixam as estradas apodrecerem por falta de transporte.

ALISTAMENTO EM MASSA

Para eleger os patriotas e derrotar os entreguistas é preciso alistar centenas de milhares de novos eleitores em todo o país. Para isto é urgente a instalação do maior número possível de postos eleitorais, que todos os homens e mulheres alistáveis sejam procurados, de casa em casa, pelos alistadores e equipes de alistamento, que se realize a mais ampla e intensa propaganda das candidaturas populares — que se desenvolva uma campanha eleitoral sem precedentes em nossa pátria.

LEVAR O PROGRAMA ÀS MASSAS CONQUISTAR A LEGALIDADE DO PCB

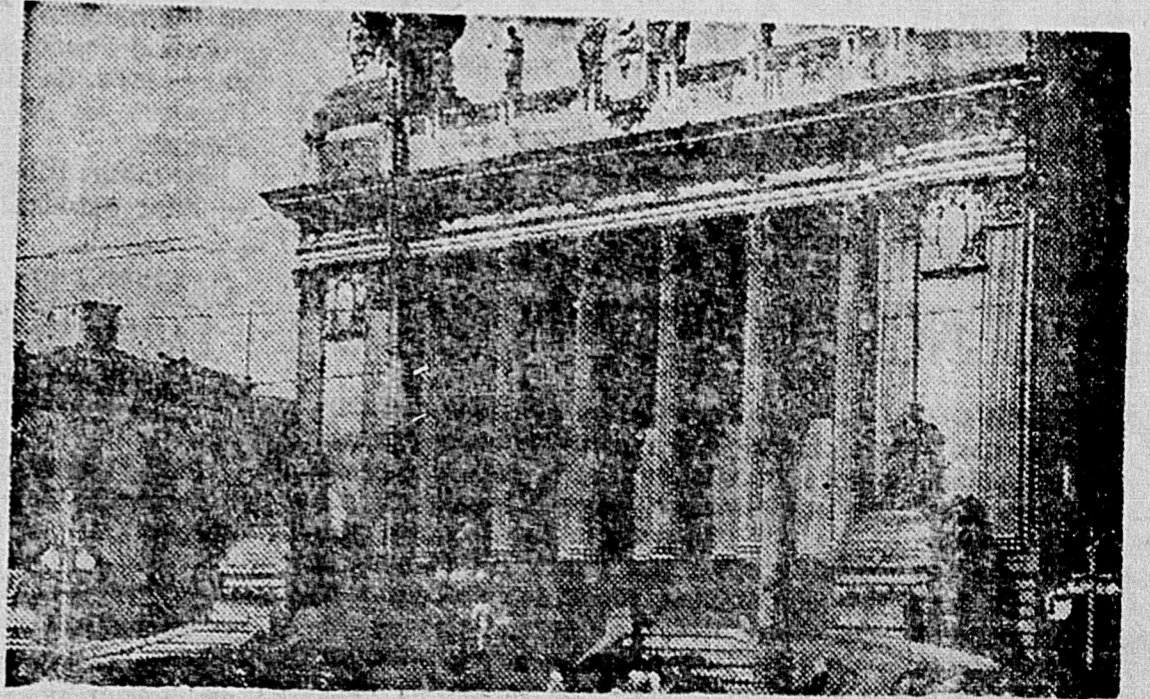
Nesta campanha eleitoral, os comunistas em contato com as grandes massas de nosso povo farão com que o Programa do PCB, programa de salvação nacional, chegue às mãos de cada brasileiro. Assim ganharão o apoio de milhões para a conquista da legalidade do Partido Comunista do Brasil e para a ampla frente patriótica e democrática de luta pela libertação nacional e pela solução dos problemas do povo brasileiro.



É dever de todos os patriotas despertar o interesse do povo pelas eleições de outubro, demonstrando que é preciso eleger os patriotas, que lutam pela paz e a independência nacional, por melhores condições de vida para o povo...



... e derrotar os inimigos da pátria, impedindo que tomem assento no Palácio Tiradentes e demais postos eletivos do país, os agentes dos latifundiários, dos grandes capitalistas e dos imperialistas norte-americanos.



... DERROTAR OS ENTREGUISTAS

Porta-Vozes do Povo Na Batalha Eleitoral

CRESCE em todo o país o movimento pela participação do povo nas próximas eleições. Os primeiros passos dados nesse sentido já indicam que próximo pleito não ficará reduzido a uma barganha entre meia dúzia de políticos reacionários. Milhares de brasileiros sentem que é uma necessidade organizar as forças de oposição, unir a todos os verdadeiros patriotas para derrotar os entreguistas, alijar das câmaras os homens de Vargas e agentes do opressor americano, os representantes da fome e da carestia, da corrupção e do terror policial, do entreguismo e da traição ao Brasil.

Por todo o país começam a surgir postos eleitorais e inicia a mobilização do eleitorado para o próximo pleito. Em diversos Estados, surgem os primeiros candidatos populares dentre homens e mulheres conhecidos por sua fidelidade ao povo e à pátria. São pessoas de todas as correntes, comunistas e patriotas não comunistas, que se aliarão a outras figuras de qualquer partido que queiram defender um programa mínimo, um programa de lu-

ta pela paz e a independência nacional, contra a política de fome e traição de Vargas e pelas liberdades democráticas.

Inicia-se, assim, em nossa pátria uma campanha em novos moldes. Essa campanha porá em marcha milhões de brasileiros que, com seus votos, repudiarão a escravidão do Brasil pelos trustes americanos e manifestarão, unidos, sua ansia por dias melhores.

O exemplo do Escritório Tiradentes

Em Fortaleza foi fundado um posto eleitoral central, o "Escritório Tiradentes", como foi denominado, em homenagem ao Mártir da Independência, escolhido para patrono da campanha de emancipação nacional. Pois bem, esse posto, em pouco mais de um mês já alistou 500 novos eleitores. Outras centenas mais estão sendo alistados. A afluência de novos pretendentes ao título de eleitor aumenta cada dia mais.

As pessoas que comparecem ao posto são uma demonstração viva do enorme interesse que as eleições vêm despertando entre o povo. Não pedem apenas que se obtenha um título, mas querem saber quem serão os candidatos populares, informações sobre os já existentes, como realizar a campanha eleitoral, etc.

O "Escritório Tiradentes" já patrocinou a fundação de quatro postos nos bairros e mais outros dez estão sendo instalados. O movimento do posto central aumentou de tal maneira nos últimos dias que seus diretores empenham-se agora em mudar para um novo prédio, bem mais amplo, onde seja possível atender a milhares e milhares de pessoas.

TERÁ EM QUEM VOTAR O POVO FLUMINENSE

DEMOCRATAS e patriotas do Estado do Rio, estreitamente unidos aos trabalhadores já apresentaram uma série de candidatos da confiança do povo, que disputarão postos eletivos nas câmaras federal e estadual e nos conselhos municipais de Niterói, S. Gonçalo, Petrópolis, Campos e outras cidades fluminenses.

Em torno dos candidatos já apresentados criam-se comissões de frente única, que lutam pelas reivindicações comuns a todas as forças democráticas do Estado e em defesa da Paz, da independência nacional e pelas liberdades democráticas. Travando igualmente a luta contra a carestia e o governo da fome e da traição representado por Getúlio-Amaral Peixoto, as organizações populares exigem a legalidade do P.C.B., como condição básica à criação, no país, de um clima de liberdade indispensável às eleições.

Candidatos a Deputados Estaduais:

João Batista Lobo Sarmet — líder ferroviário.
Dr. Irun Santana — médico.
Feliciano Eugênio Neto — candidato dos metalúrgicos.
Dr. Armando Ferreira —

médico.
Dr. Paulo Cesar Pimentel — professor da Faculdade Fluminense de Medicina.

Felisberta Jardim — Secretária da Associação Feminina Fluminense.

Rafael Francisco de Almeida — pres. do Sindicato dos Padeiros de Niterói e São Gonçalo.

Everaldo Ribeiro Martins — líder estudantil.

CANDIDATOS POPULARES EM SANTA CATARINA

DEPUTADO FEDERAL
Sebastião Toledo — engenheiro.

DEPUTADOS ESTADUAIS:
M. S. Cavalcanti — médico em Florianópolis; Manoel Alves Ribeiro — operário da construção civil.

VEREADORES EM FLORIANÓPOLIS
Vania Faraco — funcionária autárquica; Alberto Bachelo — trabalhador no D.N.E.F.; Renato Cardozo — engenheiro civil; Adão Lopes — funcionário autárquico.

PARA O SENADO FEDERAL UM COMBATENTE DA PAZ



PARTIDARIOS DA PAZ do Distrito Federal apresentaram o sanitário Valerio Regis Konder como candidato a senador. A escolha do ilustre médico e destacado combatente da paz recebeu de imediato o apoio entusiástico de inúmeras personalidades, dirigentes sindicais e associações populares. A candidatura do dr. Valerio Konder representa um protesto do povo carioca contra a submissão do governo à política de guerra e militarização imposta pelos Estados Unidos e está destinada a receber o apoio massivo do eleitorado, que anseia por conjurar a ameaça de destruição atômica e salvar a paz.

VOZ OPERÁRIA

N. 258 — Rio, 24 de Abril de 1954

São Paulo elegerá Elisa Branco



ELISA BRANCO, heroína da paz, "Prêmio Stálin Internacional de Paz", candidata a deputada pelo povo de São Paulo. A notícia encheu de alegria e entusiasmo os corações de milhares de mulheres, de mães e esposas que guardam na memória o gesto de coragem e profundo amor ao povo naquela parada de 7 de setembro na capital paulista, quando Elisa desfilou diante da juventude militar e de todo o povo ali reunido a faixa que dizia: — "OS SOLDADOS, NOSSOS FILHOS, NÃO IRÃO PARA A CORÉIA!" Depois disso, o cárcere, as perseguições, as calúnias mas nossa juventude não seguiu para a Coréia, a despeito dos compromissos assumidos por Vargas com os belicistas ianques. E Elisa Branco continuou firme na luta pela paz, ao lado de muitas outras mulheres nas organizações femininas, no combate à carestia, em defesa da independência nacional e das liberdades democráticas. Seu nome simboliza o sentimento de amor à paz das mulheres brasileiras, que há de se manifestar concretamente nas urnas.

EM PLENA CAMPANHA ELEITORAL:

LEGALIDADE PARA O P.C.B. EXIGÊNCIA DO ELEITORADO

ATENDENDO ao apelo de Luiz Carlos Prestes para derrotar, nas próximas eleições, a camarilha reacionária que nos oprime, o povo brasileiro enceta, com crescente entusiasmo a campanha eleitoral e exige a legalidade para o Partido Comunista. E não poderia ser de outro modo, pois como se pode conceber um pleito válido sem a participação legal dos comunistas, força decisiva na vida política do país? Os candidatos populares, todos os democratas, não importa o partido a que pertençam, fazem-se intérpretes dessa exigência imperiosa da nação: legalidade para o P.C.B.!

Os homens do governo querem afogar as precárias liberdades existentes e anular de vez os direitos constitucionais para melhor servir a seus amos norte-americanos e assegurar a ditadura dos latifundiários e tubarões vende-pátria. Mas o povo toma em suas mãos a defesa de seus direitos, intervém na campanha eleitoral, levanta suas reivindicações, exige liberdade. E não se pode falar em liberdades democráticas sem que seja respeitado o direito que tem a classe operária a seu próprio partido político independente: o Partido Comunista.



Apresentado pelos ferroviários da Leopoldina, Sarmet contará com o caloroso apoio dos trabalhadores e do povo fluminense, que confiam no passado de lutas e fidelidade ao povo desse líder ferroviário.

Cinco Anos de Luta Pela Paz

HA cinco anos, no dia 20 de abril, reunia-se em Paris o I Congresso Mundial dos Partidários da Paz. Pouco antes, fazendo-se eco da apreensão dos povos ante a desbragada política de guerra, desencadeada pelos Estados Unidos, intelectuais ilustres de numerosos países se reuniram em Wrocław, na Polónia, para discutir os meios de debelar a ameaça de uma nova hecatombe. A idéia frutificou, o problema da paz tornou-se o centro das preocupações. Com o apoio dos povos o projeto de um grande Congresso se tornou realidade. Em Paris e em Praga reuniram-se homens e mulheres de todas as correntes, com as mais diferentes idéias sobre a origem do perigo de guerra e sobre os meios de anulá-lo. Ali encontraram um ponto de vista comum, baseado na necessidade premente de barrar o caminho que conduzia ao morticínio universal. Daí nasceu o Movimento Mundial dos Partidários da Paz.

Desde então o Movimento cresceu, ampliou-se e mobilizou milhões de homens para a luta em defesa da paz. Nesse cinco anos obteve êxitos notáveis, como a campanha pela interdição da arma atômica, apoiada por 500 milhões de criaturas humanas, que muito contribuiu para despertar o ódio dos povos

contra essa arma de destruição em massa e impedir que os agressores imperialistas norte-americanos a utilizassem na Coréia. Outra campanha memorável empreendida pelo Movimento foi a da coleta de assinaturas em favor de um Pacto de Paz entre os Cinco Grandes, que abarcou a mais de 700 mi-



lhões de pessoas de todos os países.

Em nosso país, o Movimento dos Partidários da Paz recebeu o caloroso apoio do povo desde o início. Os partidários da paz brasileiros participaram de todos os conchaves pró-paz e organizaram o Movimento Brasileiro dos Partidários da Paz.

Milhões de brasileiros deram seu apoio decidido à campanha do Apelo de Estocolmo e do Apelo por um Pacto de Paz, enfrentando, muitas vezes, o terror desencadeado pelos vis agentes dos belicistas americanos instalados no governo.

Ao cabo de cinco anos de existência, o Movimento Mundial dos Partidários da Paz, tornou-se uma força poderosa na cenário mundial, o que lhe valeu a denominação de «Sexta Potência Mundial» dada pelo povo. Hoje, os Partidários da Paz reúnem a todos aqueles que queiram lutar pelo entendimento entre as nações. Sua ação visa atualmente a promover negociações, em substituição do recurso às soluções de força, a liquidar os focos de guerra existentes e impedir o alastramento da guerra na Indochina e a mobilizar os povos para conjurar o imenso perigo representado pelas bombas de hidrogênio, que, nas mãos dos imperialistas, ameaçam com a destruição da civilização humana. Como resultado de suas campanhas, reunir-se-ão brevemente os representantes dos povos no Encontro Internacional pelo Alívio da Tensão Internacional, em procedimento grandioso que, por certo, assinalará um novo marco no caminho da vitória dos povos sobre o flagelo da guerra total.

NESTOR VERA

Os Problemas do Nordeste No Programa do P. C. B.

O programa de salvação nacional, lançado pelo C. C. do P.C.B. em janeiro, enche de esperanças os corações de milhões de nordestinos. Para os patriotas e democratas, para todo o nosso povo o programa marca uma nova fase da luta contra a colonização imperialista americana e a opressão dos latifundiários e grandes capitalistas.

A trágica situação da população nordestina e suas mais sentidas aspirações estão fielmente retratadas nas teses e soluções do histórico e sábio documento.

A situação das populações nordestinas é de miséria crescente, a ritmo mais acelerado do que o de outras regiões do país.

Isso não acontece por acaso. Um pequeno grupo a serviço do imperialismo norte-americano explora e oprime as massas do Nordeste, deforma a economia da região e acumula assim grandes lucros. Estreitamente unidos na tarefa de esfomear e explorar os nordestinos estão as companhias imperialistas americanas e seus agentes espalhados pelo interior, os latifundiários como Chico Romão, Chico Heráclio, Dinarte Mariz, Montenegro, da Varzea do Açú ou os Fernandes da Paraíba, os usineiros latifundiários como os da Usina Catende. Esse grupo recebe todo o apoio do governo de Getúlio, dos governos estaduais e dos generais do Comando Militar do Nordeste, como o fascista Cordeiro de Farias.

Em relação ao sul do país, o Nordeste é muito menos desenvolvido no sentido capitalista. Os produtos agrícolas do Nordeste têm baixo valor em relação aos produtos manufaturados do sul do país e às mercadorias importadas, diretamente ou através do Rio e São Paulo.

LUIZ MENEZES

O governo de Vargas relega ao abandono o Nordeste.

Como se tudo isso não bastasse, os nordestinos estão também sujeitos às secas. Os sofrimentos das populações nordestinas em consequência das secas resultam da incúria e da incapacidade dos governos antipopulares que desgraçam nosso povo. São também culpadas da seca as devastações de nossas matas realizadas pelos latifundiários e pela ex-Great Western.

No Nordeste há um déficit crônico de energia elétrica.

A «Pernambuco Tramways & Power» e a «Força e Luz do Nordeste do Brasil» (ambas filiais do truste americano Bond and Share) exploram esse serviço em Recife, Natal e Maceló. A primeira teve em 1950 um lucro de 14 milhões de cruzeiros, ou seja 2.300.000 mais do que em 1949. A segunda, no mesmo período, elevou seus lucros de Cr\$ 100.000,00 para 600.000. O serviço de telefones também está em mãos da Bond and Share. As empresas de energia elétrica pertencentes aos governos estaduais e que existem nas capitais cobram altas tarifas e freiam o desenvolvimento da região, a exemplo da Bond and Share. A Cia. Hidrelétrica do S. Francisco também é dominada pelos americanos. Agora, a Bond and Share vai revender no Nordeste a energia de Paulo Afonso, aumentando seus lucros máximos.

A companhia americana Souza Cruz domina sem concorrência o mercado nordestino de cigarros. A sanbra (ligada ao truste americano Bung & Born), a Anderson Clayton e a Brasil Oitica dominam a maioria dos desercarocadores de algodão as prensas, as fábricas de óleo, bem como comércio e a ex-

portação de algodão, agave e óleos vegetais. A Wilson Sons domina grande parte da extração, exportação e transporte marítimo do sal. Milhares de toneladas de wolfrâmio e tungstênio são exportadas diretamente de Currais Novos e Jucuruu (Rio Grande do Norte) para os Estados Unidos. Os americanos dominam também a exportação de minérios estratégicos em Campina Grande e Cabedelo.

Os imperialistas americanos, ao dominarem nosso mercado externo e fixarem os preços de nossos produtos, arruinam os principais pro-

duto de exportação do nordeste. Os americanos são os únicos compradores da maioria dos produtos nordestinos. Por isso fazem chantagem como a da «cera sintética» e impõem preços baixíssimos, tornando nossos produtos de exportação «gravosos». O governo de Getúlio, subordinado às ordens dos imperialistas americanos, manobra com os financiamentos e créditos para os produtos chamados «gravosos» e resiste à exigência nacional de reatamento de relações comerciais com a URSS, China Popular e Democracias Populares. (Continua na pag. 2)

A Importância das Modificações nos Estatutos do Partido

AGENOR DE CARVALHO

OS Estatutos não são uma coisa parada. Eles modificam-se de acordo com determinadas condições históricas que atravessa o Partido. Se acompanharmos a experiência do P.C.U.S. neste terreno vemos que ele modificou seus Estatutos várias vezes. Assim foi desde o II Congresso do P.O.S.D.R., em 1903, quando Lênin travou uma luta encarniçada contra a fórmula imprecisa do artigo 1.º dos Estatutos, de Martov, que abria as portas do Partido a todos os elementos vacilantes e não proletários. Assim aconteceu na Conferência de Praga em 1912, quando o Partido passou a chamar-se bolchevique — P.O.S.D.R. (b) — devido à expulsão dos mencheviques de suas fileiras.

Assim aconteceu também em 1918, no VII Congresso onde o P.O.S.D.R. (b) mudou o nome para Partido Comunista, em virtude de o nome Social-Democrata ter sido manchado pelos oportunistas da II Internacional As-

sim aconteceu no XVIII e XIX Congressos.

Nosso Partido, baseando-se na nossa experiência e na rica experiência do P.C.U.S., modifica os seus Estatutos em função das novas condições de luta de classes e das novas tarefas que se apresentam ao Partido. Por esse motivo, o camarada Amazonas em seu Informe em nome da Comissão encarregada de elaborar o Projeto de Estatutos, na reunião do C.C., diz: «Os Estatutos em vigor não correspondem mais às exigências partidárias e às tarefas do Partido. Foram elaborados em 1945, quando o Partido ganhava a legalidade e tinha que levar dicos, as leis vigentes no em conta para feitos jurídicos. Eles refletem também algumas concepções não marxistas correntes nessa época em nosso Partido».

Se começarmos a examinar os novos Estatutos por sua declaração de princípios, vemos que aí se define o P.C.B. (Continua na pag. 4)

O ano de 1954 passará a História como o ano em que surgiu a estrela polar que guiará os destinos de nosso povo, para alcançar sua completa libertação do Jugo do Imperialismo norte-americano e do governo de latifundiários e grande capitalistas, personificados no governo de Vargas. Esta estrela polar é o projeto de Programa do P.C.B.

Se, de um lado, a esmagadora maioria de nosso povo se sente satisfeita porque recebeu um Programa de salvação nacional, o mesmo não acontece com uma minoria constituída de latifundiários e grandes capitalistas ligados ao imperialismo americano que viram no Programa do P.C.B. a aproximação de sua derrota. Também no Partido, Fernando Lacerda investe contra o Programa. O Suplemento da VOZ OPERÁRIA de 25-3-54 publicou mais um artigo de Fernando Lacerda sob o título «Nenhuma guinada para a direita na aplicação do Programa».

Na parte do Programa que trata da Reforma Agrária, Lacerda diz: «No Capítulo REFORMA AGRÁRIA E AJUDA AOS CAMPONESES, me parece útil além de explicar entre parênteses, o que é um latifúndio, e acrescentar: a) no § 37: — algo que mostra que a confiscação e a divisão dos latifúndios não é uma medida que só será efetuada de cima, pelo governo futuro, e sim, medida que se realizará no CURSO DA PRÓPRIA LUTA ANTIFEUDAL E ANTIMPERALISTA, pela massa camponesa organizada em ampla Frente Única antifeudal local. A s s i m também me parece bom indicar claramente que as terras confiscadas serão distribuídas por essa organização camponesa e através das organizações camponesas existentes ou que se fundem durante a luta. Como está no Programa, não favorece o essencial para a revolução antifeudal e antiimperialista: a organização revolucionária dos camponeses e a

formação bloco operário e camponês. Ao contrário dá-se mantega a qualquer rastrela de aliados pouco seguros para deturpar a divisão e a confiscação das terras realizando tudo... em família, entre seus protegidos...» A primeira vista, poderia parecer uma simples incompreensão de Fernando Lacerda dos pontos do Programa referentes à questão agrária. Mas, se penetrarmos a fundo na essência do seu conteúdo, descobriremos as tolices de Fernando Lacerda e os prejuízos que essas observações podem trazer para a revolução brasileira se fossem aceitas.

Apesar de supor-se um grande teórico marxista, apresentando uma infinidade de teses e sugestões para «melhorar e enriquecer» as teses fundamentais do Programa, Fernando Lacerda demonstra não conhecer nada do marxismo e muito menos do que é um programa do Partido. O que é um Programa? Lênin nos ensina: «Um Programa significa uma exposição breve, clara e precisa de todas as coisas que o Partido tenta obter e pelas quais luta». (Aos pobres do campo — 1903).

As teses contidas no Programa são as conclusões da análise marxista que o Partido Comunista fez de todos os fenômenos e leis objetivas da realidade brasileira no momento atual.

Por isso no Programa não podem constar os detalhes e nem as questões que pertencem ao lado subjetivo do movimento operário. Se no Programa constassem todas as questões e detalhes que pertencem ao lado subjetivo, como quer Lacerda, seria um documento que mais se assemelharia a um regulamento e não a um programa do marxismo como é o nosso.

A definição do que é o latifúndio, se as terras vão ser distribuídas por organizações camponesas ou de outro tipo ou se serão distribuídas pelo governo, ou serão (Continua na pag. 3)

ASSIMILAR OS DEVERES E DIREITOS DO MEMBRO DO PARTIDO

O estudo e o debate do projeto de novos Estatutos do Partido, durante os trabalhos preparatórios do IV Congresso do P.C.B., constituem um poderoso fator de educação para os militantes comunistas.

Dentre as disposições contidas nos Estatutos do Partido revestem-se de especial significação, pelo seu conteúdo educativo, aquelas que se referem à definição e à sistematização dos deveres e direitos dos membros do Partido. A definição dos deveres e direitos dos militantes do P.C.B., da maneira como é exposta no atual projeto de Estatutos, eleva ainda mais o papel de vanguarda dos comunistas e possibilita uma melhor compreensão do caráter do Partido como partido de classe, independente, do proletariado, cuja missão consiste em conduzir a classe operária e o povo brasileiro à sua libertação nacional e social. Por outro lado, a nova sistematização dos deveres e direitos dos membros do Partido, feita no projeto ora em discussão, torna mais fácil uma melhor compreensão, das condições necessárias à militância no Partido da classe operária.

A assimilação pelos membros do Partido dos deveres e direitos inscritos nos Esta-

tutos representa uma condição básica para que possa o P.C.B. colocar-se efetivamente à altura de sua missão, isto é, para que possa atuar na arena política como um Partido combativo, coeso e centralizado, cujos militantes estejam ideologicamente preparados, plenamente convencidos de suas responsabilidades e em condições de atuar efetivamente como homens da vanguarda.

A assimilação dos deveres e direitos dos membros do Partido dá aos militantes comunistas a compreensão de que a força e a solidez do Partido dependem do fiel e rigoroso cumprimento de suas obrigações e suas prerrogativas estatutárias.

Em que consistem os deveres dos membros do Partido? Antes de tudo, em zelar pela unidade inviolável do Partido, preservando-o dos golpes incessantemente tentados contra ele pelos inimigos da classe operária e do povo. É um dever dos membros do Partido desenvolver a crítica e a autocritica, apontando os defeitos do trabalho do Partido e lutar contra os erros e debilidades

até extirpá-los. Estão os militantes comunistas obrigado a participar ativamente da vida política do Partido, bem como a procurar estreitar cada vez mais as ligações do Partido com as massas. Outro dever dos militantes do P.C.B. é o de zelar inflexivelmente pela moral comunista nas fileiras do Partido, compreendendo que pautar a vida pelas normas da moral comunista é uma exigência essencial ao próprio caráter do membro do Partido. Os Estatutos do P.C.B. exigem ainda de seus militantes o rigoroso acatamento à disciplina partidária, esclarecendo que não podem ser admitidas duas disciplinas dentro do Partido, mas que assistem a todos, igualmente, os memos deveres e direitos.

Como é evidente, a exata compreensão desses deveres e sua fiel observância representa um fator poderosíssimo para a formação ideológica dos comunistas e, em consequência, para o fortalecimento do Partido.

Por outro lado, assimilar e levar à prática os direitos do membro do Partido, inscri-

tos no atual projeto de Estatutos, é um fator também de educação dos militantes e de maior poderio do Partido. Os direitos estabelecidos nos Estatutos constituem uma decorrência da democracia interna do Partido. Exercendo esses direitos, como é necessário, os membros do Partido se sentirão ainda mais responsáveis pela causa do Partido, causa a que se entregam abnegada e conscientemente.

As novas e imensas tarefas diante das quais se encontra o Partido exigem de cada militante uma clara e profunda consciência do papel que lhe corresponde como um combatente de vanguarda. Para isso se torna indispensável o perfeito conhecimento e o exercício plenamente consciente dos deveres e direitos que os Estatutos atribuem aos membros do Partido. Por isso mesmo, os trabalhos de preparação do IV Congresso do P.C.B. devem ser aproveitados, o mais intensamente possível, para que os membros do Partido conheçam e assimilem os deveres e os direitos que lhes assistem. Essa tarefa se reveste de uma importância decisiva para a educação ideológica dos militantes comunistas.

Contrôle de Preços e Lucros Máximos

CARLOS DUARTE

A carta dirigida a VOZ OPERARIA pelo camarada Quintino de Carvalho a propósito da resposta dada por esse jornal às perguntas de Tatália Possuca, publicada na edição de 20 de março passado, levanta algumas questões que, segundo creio, merecem debate mais amplo.

Não me parecem justas as objeções apresentadas pelo camarada Quintino de Carvalho. Seus argumentos não me convenceram de que o governo de libertação nacional seja impotente para limitar os lucros máximos, mediante o controle efetivo dos preços. E muito menos me convenceram de que, no Brasil democrático popular, pelo menos em sua fase inicial, deixará de haver monopólios e, portanto, deixará de atuar a lei fundamental do capitalismo contemporâneo.

A simples aproximação dessas duas teses deixa ver o contrassenso que há entre elas. Se ao governo de libertação nacional, como entende o camarada Q. C., faltarem meios de reduzir ou de limitar os lucros máximos, como então lhe será possível acabar com os lucros máximos, como então dará no mesmo) acabar com os monopólios?

CONTRÔLE DE PREÇOS E LUCROS MÁXIMOS

Embora em sua carta não faça diretamente menção ao assunto, percebe-se que o camarada Q. C. acredita na possibilidade de limitar-se, mediante o controle efetivo dos preços, os lucros médios, isto é, os lucros obtidos na esfera do capital pré-monopolista. Quanto a limitar os lucros do capital monopolista, isto é, os lucros máximos, o camarada Q. C. não vê como fazê-lo.

Suas razões são singulares:

«Em primeiro lugar — diz ele — tudo o que é máximo, quando se limita, deixa de ser máximo, passando a ser limitado. Parece-me que isso é justo não somente no terreno da Economia Política, como em todos os terrenos».

Penso que o camarada Q. C. não foi feliz em sua argumentação preliminar. Seu erro, ao que me é dado conhecer, consiste, no fundo, em ter interpretado de maneira escolástica, formal, a ação da lei dos lucros máximos, uma vez que não leva em conta outras leis objetivas do capitalismo.

Esquece, por exemplo, o camarada Q. C., a existência da lei do desenvolvimento desigual do capitalismo, lei absoluta que estabelece condições diferentes em diferentes países, nos processos da economia capitalista. De acordo com essa lei, as taxas de lucro não podem ser iguais em todos os países e são necessariamente mais elevadas nos países atrasados. «Nos países atrasados — escreve Lênin (O Imperialismo, fase superior do capitalismo — Ed. Vitória pag. 70) — o lucro é de ordinário elevado, pois os capitais são escassos, o preço da terra relativamente pouco considerável, os salários baixos, as matérias-primas baratas». Mesmo entre os países atrasados há condições diversas que fazem variar a escassez dos capitais, e preço da terra, em salários e as cotações das matérias-primas e, por conseguinte, fazem também variar as taxas de lucro.

Será que a lei do desenvolvimento desigual do capitalismo, uma lei absoluta para todos os processos do capitalismo, estabelece variações apenas nas taxas de lucro médio e não nas taxas do lucro máximo? Parece-me que seria um erro supor que o lucro máximo é sempre o mesmo em toda a parte, em quaisquer países atrasados ou desenvolvidos. Creio que, por exemplo, nos países atrasados onde o movimento operário seja mais forte, onde, em consequência, os salários não possam ser tão baixos em face da resistência organizada dos trabalhadores, as taxas de lucro se mostrarão menos elevadas. E em outros países atrasados, em que a exploração e a pilhagem da classe operária seja mais intensa, as taxas de lucro serão, naturalmente, mais altas. Eis aí como a ação consciente da classe operária pode impor certas limitações, em pleno regime capitalista, a determinados processos de uma lei objetiva do capitalismo. Se na obtenção dos lucros médios pode haver limitações dessa espécie, não há como imaginar que um governo apoiado no povo e fundamentalmente na aliança operário-camponesa seja impotente para estabelecer limitações aos lucros máximos do capital monopolista.

Esquece, além disso, o camarada Q. C. que a lei dos lucros máximos, a lei fundamental do capitalismo, não pode excluir a ação da lei da concorrência, e, ao contrário, torna a concorrência ainda mais feroz. Há mercados em que vários monopólios se digladiam, assim como há outros mercados em que domina de maneira absoluta um ou mais de um monopólio. No primeiro caso, os preços de monopólio tendem a ser inferiores aos preços do segundo caso e, evidentemente, os lucros máximos obtidos pelo capital monopolista onde exerce absoluto domínio são superiores aos lucros máximos obtidos nos mercados onde os monopólios entram em feroz competição.

Será justo portanto concluir que a lei fundamental do capitalismo contemporâneo não é uma lei de ação ilimitada. Ela pode sofrer limitações em sua esfera de ação, entre outras circunstâncias, por parte da atuação consciente de uma força social, além do que encerra em si mesma contradições que «limitam» os diferentes graus de sua aplicação. Temos pois, forçosamente de reconhecer que o máximo aqui não é o máximo ali, o que equivale a dizer que o máximo pode também ser limitado.

MONOPÓLIOS NO BRASIL DEMOCRÁTICO-POPULAR

Depois de citar o texto de Stálin em que está formulada a lei fundamental do capitalismo contemporâneo, escreve o camarada Q. C.: «Na minha opinião, diante de palavras tão claras, não se pode, nem mesmo a título de força de expressão, falar em obtenção de lucros máximos no Brasil democrático-popular».

Aqui o raciocínio do camarada Q. C. dá um salto vertiginoso. Se antes é dúvida da possibilidade de limitar-se os lucros do capital monopolista, agora é certo de que há possibilidade de extinguir-se os lucros máximos no Brasil, no início da primeira etapa da revolução brasileira.

Esse ponto de vista do camarada Q. C. não está de acordo com o Programa do P.C.B., cujas medidas de confisco e nacionalização não atingem mais do que as propriedades e os capitais norte-americanos e os dos traidores a eles associados, sem falar do confisco da terra dos latifundiários. Mas, mesmo que do Programa constasse a nacionalização ou o confisco de todos os capitais e de todas as empresas monopolistas (o que, sem dúvida, seria um erro político) ainda assim não haveríamos de «banir» de nosso país toda a influência da lei dos lucros máximos, que é inerente ao capitalismo contemporâneo, que é a lei fundamental que rege todos os processos do capitalismo contemporâneo. Suponho que somente depois de destruído o capitalismo no Brasil, tarefa que não será última pelo governo de libertação nacional, somente quando o Brasil entrar numa etapa superior, a etapa socialista, poderemos falar do desaparecimento dos lucros máximos.

Infelizmente, ainda por algum tempo, o governo de libertação nacional terá de enfrentar e tolerar a atuação de empresas monopolistas estrangeiras dentro do país. O Programa exclui a nacionalização de capitais não americanos, como por exemplo os capitais ingleses, franceses e alemães aplicados em fábricas de automóveis, tratores, locomotivas, tubos sem costura, etc. de cujos produtos necessitaremos para a expansão da economia nacional. Mas será ilimitada a ação dessas empresas? É absolutamente certo que não. Um governo apoiado na classe operária e no povo não poderá permitir que os salários e as condições de trabalho, nas empresas estrangeiras que aqui subsistirão, sejam piores do que nas empresas privadas nacionais e nas empresas estatais. Não poderá permitir também que essas empresas monopolistas estrangeiras possam valer-se de quaisquer privilégios ou concessões para pagar preços inferiores pelas matérias-primas e cobrar preços de monopólio absurdos pelos produtos que lança no mercado. Por outro lado, o governo de libertação nacional terá de considerar os limites em que a rentabilidade de tais organizações se mantenha no nível das exigências de uma reprodução ampliada aceitável.

Do mesmo modo, tanto quanto nos seja possível prevenir, as organizações filiais a empresas monopolistas sediadas no Exterior, que venham colocar seus produtos no mercado nacional (principalmente máquinas e meios de produção diversos) não poderão beneficiar-se com as vantagens cambiais, as prioridades fiscais e a irrestrita liberdade de ação que o governo antinacional do sr. Getúlio Vargas costuma permitir-lhes. Seus preços, em relação ao poder aquisitivo do consumidor brasileiro, terão de baixar, suas concessões especiais terão de desaparecer, etc.

Por tudo isso, as taxas dos lucros máximos dos capitais monopolistas, em seus negócios no Brasil, não poderão senão reduzir-se a um mínimo compatível com os interesses nacionais. Isso equivale a dizer que os lucros máximos, em qualquer caso, sofrerão as limitações impostas pelo governo de libertação nacional e terão de ser menos elevados do que os lucros máximos atualmente assegurados pelo regime dos latifundiários, grandes capitalistas e lacaios do imperialismo.

É portanto justo falar-se em limitar os lucros máximos no Brasil democrático popular, com referência às empresas estrangeiras (não americanas) e aos capitais privados estrangeiros (não americanos) que, uma vez submetidos às leis brasileiras, poderão ser úteis ao desenvolvimento independente da economia nacional.

Os Problemas do Nordeste No Programa do P. C. B.

(Continuação da pag. 1)

Centenas de espíões e militares americanos visitam sistematicamente o Nordeste nestes últimos anos e muitos deles aqui permanecem. De modo sistemático realizam missões preliminares de ocupação em massa do Nordeste, prevista e autorizada pelo «acordo militar» em caso de guerra preparada e desejada pelos imperialistas americanos. Fazem o saneamento de grande área do litoral da Paraíba (baía da Traição etc.), reparam seu antigo hospital militar na base de Parnamirim, fazem o levantamento das possibilidades minerais e agrícolas da região, introduzem agora o «crédito supervisionado» de Rockefeller, através de uma organização do Banco do Nordeste, a «Ancar» (Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural) e assim procuram deformar ainda mais a economia agrícola nordestina, tornando-a dependente de seus planos de guerra e ocupação. Os pretendentes a empréstimos dessa «Ancar» perderão a autoridade sobre seu pedaço de terra e terão que plantar de acordo com os «conselhos» dos «supervisores». Acobertados pelo «Fundo Internacional de Socorro à Infância», armazenam material sanitário e cirúrgico. Dirigem manobras militares e entram nas repartições militares brasileiras como se estivessem em terra ocupada. Ainda em fevereiro deste ano a nação ouviu a denúncia do deputado do PSD de Pernambuco, Magalhães Melo, na Câmara Federal, sobre a existência em Jequiá, no Recife de mais uma poderosa estação rádio-transmissora e receptora, dirigida e guarnecida somente por militares norte-americanos.

II
A população nordestina carece dos mais elementares direitos e liberdades democráticas. Os métodos de opressão e terrorismo intro-

uzidos pelos americanos e aplicados pelo Serviço Secreto do Exército nas cidades se fundem com as arbitrariedades e truculências tipicamente feudais e escravagistas no interior.

O Comando Militar do Nordeste, em mãos de generais e coronéis do grupo fascista a serviço dos americanos, governa na prática o Nordeste, acima dos governadores. Tripudia sobre a autonomia dos Estados, desrespeita o judiciário e inclusive agora procura se apossar diretamente do governo de Pernambuco.

Não há liberdade de locomoção. São costumeiras as tropelias policiais contra os flagelados que querem fugir do latifúndio e da seca. Muitos exploradores latifundiários e grandes capitalistas querem manter a mão de obra barata no próprio Nordeste e recorrem à polícia e Exército para essa tarefa. Outros, como o senador Ferreira de Souza — apavorados com as crescentes lutas dos flagelados — criam e propagam a «teoria» da necessidade da emigração, dizendo não poder o Nordeste produzir alimentos e empregos para todos os habitantes. Enquanto isso, em Goiás, flagelados nordestinos têm sido vendidos até a Cr\$ 300,00.

A imprensa popular é sistematicamente perseguida, usando-se para isso o Exército, a Aeronáutica como em Recife, Campina Grande, Natal, Macéio, etc.

Na Usina Monte Alegre, do governador João Fernandes, da Paraíba, ainda existe o tronco como no tempo da escravidão. Nas obras do governo federal se paga em vales e existem barracões. Tanto os governos de Getúlio e Etelvino e demais governadores como os patrões procuram investir contra os direitos da classe operária. A Rede Ferroviária do Nordeste e as empresas têxteis procuram legalizar a jornada de dez horas de trabalho. O governo realiza intervenções nos sindicatos e procura impedir a organização dos assalariados do açúcar. O custo da vida é assombroso em Recife e demais capitais. Os operários têxteis ganham muito menos do que os operários do sul do país. Mais de quatro milhões de analfabetos com mais de 18 anos estão privados do direito de eleger e ser eleitos, pois nos sete Estados do Nordeste apenas 38% dos maiores de 18 anos sabem ler e escrever.

No Polígono das Secas com 1.150.700 km² (quasi cinco vezes o Estado de S. Paulo) e 12.500.000 habitantes (23,8% do Brasil) abrangendo quasi todo o Piauí, todo o Ceará, R.G. do Norte e Paraíba, parte de Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas, mais de 10 milhões, ou seja 81% da população, são analfabetos.

No Nordeste campeiam a fome, a miséria, as doenças. Quando vivo, o sr. Agamenon Magalhães chegou a confessar que no Recife morria um tuberculoso de seis em seis horas.

Dos Estados do Nordeste, apenas Pernambuco tem saldo no comércio interestadual. Os outros seis Estados trocam três toneladas de mercadorias por uma tonelada importada. Segundo o I.B.G.E., a média de consumo, por cabeça, em Recife, é de Cr\$ 233,00 por mês. Levando-se em conta que a média do consumo dos habitantes ricos e médios é de 20 a 50 vezes maior do que a da população pobre, temos que concluir que na verdade a média de consumo dos operários, comerciantes, etc., é de menos de Cr\$ 100,00 por mês. Maior miséria ainda existe no Polígono das Secas, onde o poder de compra por pessoa é de apenas Cr\$ 29,66 por mês, segundo esta-

ística do I.B.G.E. Com o êxodo de milhares de flagelados, uma grande parte de pequenos comerciantes, tendeiros e boqueiros, que fornecem às camadas pobres da população, também sofrem as consequências da crise que atinge inclusive os industriais.

Em 1940, apenas 16% da população camponesa com mais de 10 anos possuíam propriedades rurais. As melhores terras da Zona da Mata estão nas mãos dos usineiros. As terras situadas nos vales dos rios e ao redor dos açudes também estão em mãos dos latifundiários. Milhões de meeiros, arrendatários, pequenos e médios proprietários são explorados pelos latifundiários e pelos usineiros das companhias americanas. Vigoram a meia, a venda da safra em folhagem por preços miseráveis. Até um reacionário e anticomunista como o sr. Juvenal Larmarine, ex-governador do R. G. do Norte caracteriza como odioso esse sistema de venda «em folha» e falanda sobre as garantias para tal tipo de empréstimos diz: «... por preços miseráveis dão eles como garantia a escritura de seu terreno que dificilmente conseguem resgatar, passando por isso de proprietários a rendeiros insoluvels».

A realidade, por si só, destrói toda a demagogia sobre os planos de salvação e os pretensos benefícios prestados à massa camponesa pelos açudes construídos pelo governo das classes dominantes. Em 1950 existiam 446 açudes públicos e em cooperação com uma reserva total de água de 3.330.000.000 m³, água de 3.330.000.000 m³. Os 35 maiores (21 no Ceará, 7 na Paraíba, 4 no Rio Grande do Norte, um na Bahia, um em Pernambuco e um em Alagoas) são controlados pelo D.N.O.C.S. e atingem a 72% do total da reserva água acima citada. A área cultivada ao redor de 136 açudes públicos era de apenas 20.000 hectares. A área irrigada por todos esses 136 açudes atinge 10.000 hectares, dos quais eram cultivados apenas 3.000 hectares. Uma vez que a área total cultivada no Nordeste em 1950 foi de 3.300.000 ha, concluímos que a «amosa área irrigada tão apregoada pela propaganda do governo não passa de 0,08% da área cultivada do Nordeste. Apenas 11 açudes públicos possuíam canais de irrigação num total de 128 kms. principais e 285 kms de direção. O açude Curema, na Paraíba, que é o maior do país, com 720 milhões m³ de água não tem canais de irrigação. O São Gonçalo, na Paraíba, é o que tem maior área de irrigação: 4.950 ha. Mas, destes, apenas 1.743 ha. são cultivados e o restante é utilizado como pastos pelos latifundiários. Segundo a revista «Conjuntura Econômica», viviam em 1950 nas áreas dos 35 grandes açudes 54.441 pessoas, o que é um número ridículo se levarmos em conta que esses 35 açudes concentram 72% das reservas de água e que a população do Polígono é de mais de 12.500.000 pessoas.

Isto significa que os açudes e a irrigação têm beneficiado apenas um pequeno grupo de grandes latifundiários que dominam as terras marginais e as vazantes dos açudes e pouco se interessam em gastar seu capital com irrigação, em vista de possuírem o braço humano barato e outros meios de manutenção nos anos de seca, tais como a criação de gado, a carnauba, a oiticica, o algodão arboreo, o agave e o caroiá. Isto significa que, se os camponeses do Nordeste quiserem terra e água terão que tomá-las à força dos la-

(Continua na pag. 3)

Os Problemas do...

latifundiários, que impedem o desenvolvimento da lavoura de cereais na região. Como o governo é dos próprios latifundiários ligados às companhias americanas, as populações nordestinas não poderão receber dele a não ser mais fome, miséria, opressão e guerra. Os governos de Vargas, Etelvino, Fernandes, Pedrosa, Arnon e outros tiranetes nordestinos perseguem e assassinam operários, esmagam as liberdades democráticas, entregam o Nordeste aos colonizadores americanos, deixam milhões de flagelados morrer de fome e sede nas estradas do sertão, liquidam a indústria do Nordeste, traem os interesses da nação não restabelecendo relações comerciais com a URSS, China e Democracias Populares, perseguem os patriotas e os militares anti-imperialistas.

As populações do Nordeste têm no Programa de nosso Partido uma afiada arma para ferir de morte o regime dos latifundiários e grandes

capitalistas ligados aos imperialistas norte-americanos e para sua substituição pelo governo democrático de libertação nacional. Participação de tal governo a classe operária, os camponeses, a intelectualidade, a pequena burguesia e a burguesia nacional. Unicamente tal governo poderá resolver os problemas seculares do Nordeste, pois será o mandatário de milhões de brasileiros organizados na frente democrática de libertação nacional, que realizarão com suas próprias mãos o que tem sido negado há mais de cem anos pelos seus opressores.

Na luta, portanto, pela derrubada do atual governo de latifundiários e grandes capitalistas a serviço dos imperialistas norte-americanos e pela instauração do governo democrático de libertação nacional devem e podem unir-se as grandes massas do Nordeste. Este é o único caminho para a solução dos seus angustiantes problemas, para a conquista de uma vida próspera e feliz.

"A CLASSE OPERÁRIA" E O 1.º DE MAIO



Em toda a história, formação e desenvolvimento do Partido Comunista do Brasil coube papel destacado a seu valente órgão central — «A Classe Operária». Tribuna de debates e instrumento de educação dos comunistas e dos trabalhadores, «A Classe Operária» sempre figurou como uma poderosa arma de agitação e mobilização do povo para a luta contra a reação patronal e a libertação do país das cadeias do latifúndio e da opressão imperialista, como nos mostra o exemplar cujo fac-símile publicamos acima. É o número de 1.º de Maio de 1929, convocando os trabalhadores a comemorar a grande jornada do Trabalho sob o lema que traduz a indestrutível solidariedade internacional do proletariado: TRABALHADORES DE TODOS OS PAISES: UNIVOS!

HERÓIS E MÁRTIRES DO P.C.B.

LUIZ BISPO

Uma das figuras mais destacadas do movimento da Aliança Nacional Libertadora foi Luiz Bispo, mártir do Partido Comunista do Brasil, assassinado em 1936 pela gestapo de Getúlio. Aos 24 anos, chegava a Recife, deportado pela polícia alagoana e ali, trabalhando em construção civil, ligou-se rapidamente ao Partido passando a militar ativamente. Por onde passava Luiz Bispo, ficava uma organização operária lutando em defesa das reivindicações e dos direitos dos trabalhadores. Isto se deu em várias construções, inclusive na Tramway. Por suas excepcionais qualidades teve logo acesso aos postos de direção do Partido, e onde havia uma tarefa difícil, era para lá que o enviava a direção numa demonstração da confiança que grangeou na luta.

Em 1934 Bispo caiu nas garras da polícia sendo selvagemmente torturado. Mas dele a polícia não arrancou uma palavra sequer sobre a vida e as atividades do Partido. Quando se preparava a insurreição de 1935, Bispo ocupou o posto de Secretário Regional do Partido em Pernambuco, substituindo o secretário efetivo que fora operário. Sua atuação foi notável na preparação do Partido para a insurreição. Derrotada a insurreição, dirigiu com mão firme o Partido em Pernambuco nos dias da mais feroz e sangrenta reação. Em março de 1936, caiu novamente preso. Suportou com heroísmo e firmeza inabaláveis todas as torturas. Nem uma palavra conseguiu a polícia arrancar daquele homem cuja vontade férrea e consistência ideológica, lhe forjavam o caráter de um verdadeiro combatente de vanguarda.

Os bandidos policiais, impotentes diante da grandeza moral de Luiz Bispo, deram, finalmente, vazão a todo o seu ódio contra o Partido e o proletariado e, sob as ordens do carrasco Wandenkolek Wanderley, o assassinaram a pauladas. Os bandidos colocaram em seguida seu cadáver num saco de estopa e o enterraram em local até hoje ignorado. Luiz Bispo contava então 28 anos de idade.

Seu nome é um patrimônio imorredouro para o Partido e o nosso povo. Seu exemplo é uma lição para a luta dos comunistas.

JÚLIO CAJAZEIRA

JÚLIO CAJAZEIRA, um nome que os comunistas pronunciam com carinho. Cajazeira era um homem simples, que veio do campo, do interior da Bahia. Em 1942 veio de Feira de Santana, onde aprendera a profissão de alfaiate, para o Rio, ingressando logo no movimento sindical.

Durante a guerra patriótica contra o comunismo, trabalhou ativamente em colaboração com a FEB como alfaiate da Intendência de Guerra, integrado na Liga de Defesa Nacional. Voluntariamente, sacrificava os domingos e as horas de folga confeccionando fardas para nossos prócinhas. Um homem de vanguarda, não demorou a encontrar o seu verdadeiro caminho, ingressando em 1945 no Partido Comunista do Brasil, convertendo-se num ativo militante depois de participar com ardor da campanha da Anistia, da Constituinte e outras jornadas patrióticas.

Transferiu residência em 1948 para o município fluminense de Barra Mansa onde ocupou uma posição destacada nas lutas operárias. Essa posição lhe custou sucessivas prisões. Em 1949 foi preso por ocasião da greve dos operários da Nestlé e, novamente, em 1950, quando da greve dos operários da Metalúrgica Saudade, por Abono de Natal. Desta última vez quem o prendeu foi o mesmo tenente fascista Hélio Régua Barcelos que seria mais tarde o seu cruel assassino.

Aquele homem que recebera um diploma da Intendência de Guerra, era então alvo da mais feroz perseguição policial. Mas prosseguiu abnegadamente na luta. No III Congresso Brasileiro dos Partidários da Paz, realizado em Niterói, fez jus à sua escolha como delegado tendo reunido 2.860 assinaturas ao Apelo por Um Pacto de Paz. Era também um abnegado colaborador da VOZ OPERÁRIA, como agente deste jornal em Barra Mansa.

Prêso por uma patrulha do Exército, Cajazeira foi conduzido sob espancamentos para o quartel ali sediado. Durante muitas horas sofreu torturas e brutais espancamentos no dia 6 de janeiro de 1951. Já agonizante foi transferido para a delegacia de polícia onde faleceu ao entrar, não resistindo aos sofrimentos. Abatera-se sobre ele o ódio do general Sílvio Raulino de Oliveira, então diretor da Cia. Siderúrgica Nacional, em face dos movimentos reivindicatórios ali desencadeados. Pesa sobre Getúlio, mais esse nefando crime praticado pelo policial fardado Hélio Régua Barcelos.

Os comunistas e todos os patriotas reverenciam a memória de Júlio Cajazeira, exemplo de abnegação e combatividade pela causa da paz e da independência nacional.

OUÇA A
Rádio de Moscou
Agora
Em Transmissões Diárias de
1 HORA PARA O BRASIL
Das 20 às 21 horas
EM CASTELHANO: das 21 às 23 horas
AS TRANSMISSÕES DA EMISSORA CENTRAL DE MOSCOU PARA A AMÉRICA LATINA SÃO FEITAS PELAS ONDAS DE 30, 79, 31, 75, 40, 87, 41, 21, 41, E 32 METROS.

(Conclusão da pág. 1)
confiscação e a distribuição dos latifúndios será realizada no processo da própria luta revolucionária, são questões que não podem constar em detalhes no Programa porque pertencem ao lado subjetivo do movimento operário, isto é, aqueles processos que dependem da vontade dos homens.

Quando coloca em seu programa, a confiscação e a distribuição dos latifúndios, o Partido fixa um princípio. A definição do que é latifúndio, e a forma pela qual será distribuída a terra deverá ser objetivo de um documento especial do Partido e da futura lei agrária do governo democrático de libertação nacional.

A tese de F. Lacerda de «dá-se mantenha a qualquer maneira de aliados pouco seguros, para deturpar a divisão das terras realizando tudo... em família, entre seus protegidos...» é maliciosa porque inclusive cria a desconfiança das massas na reforma agrária que será realizada pelo governo democrático de libertação nacional. Como indica o Programa do Partido, o governo democrático de libertação nacional terá como forças participantes o proletariado, o campesinato, a pequena burguesia nacional, mas este governo terá como base fundamental a aliança da classe operária com o campesinato, sob a hegemonia do proletariado. Portanto, não será um governo «de aliados pouco seguros», mas um governo em que tem como base a aliança operário-camponesa que constitui a maioria esmagadora da nação. Além disso, o proletariado será a força dirigente neste governo, e o proletariado jamais trairá os interesses dos camponeses. Vejamos o que diz o ponto

A Garantia de Posse da Terra aos Camponeses e o Programa do P. C. B.

37 do Programa: «Confiscação de todas as terras dos latifundiários e entrega dessas terras, gratuitamente, aos camponeses sem terra ou possuidores de pouca terra e a todos que nelas queiram trabalhar, para que as repartam entre si. A divisão das terras será reconhecida por lei e a cada camponês será entregue o título legal de sua posse. A lei reconhecerá as posses e ocupações de terras, tanto dos latifundiários como do Estado, anteriormente realizadas pelos camponeses, que receberão os títulos legais correspondentes.» Que poderá duvidar da clareza e honestidade com este formulado este ponto? Claro que ninguém, a não ser Fernando Lacerda.

Quanto ao ponto 40 do Programa, Fernando Lacerda conscientemente de forma. Escreve: «b) — No § 40 — modificar a formulação que restringe ABSURDAMENTE a proteção do governo às terras dos camponeses ricos. Sabe-se que são, em especial os camponeses médios e pobres, que possuem pequenas porções de terra, os mais acudidos pelos «grileiros» e latifundiários. Porque não inclui-los naquela garantia?»

O ponto 40 do Programa do PCB diz: «Garantia legal à propriedade dos camponeses ricos. Tanto a terra cultivada por eles ou por assal-

riados agrícolas, como suas outras propriedades, serão protegidas contra qualquer violação.» Onde está nesse ponto 40 a formulação que restringe absurdamente a proteção às terras dos camponeses ricos, como diz Lacerda? Por exemplo, a liquidação do latifúndio já não é uma grande garantia à propriedade dos camponeses?

O reconhecimento por lei da divisão das terras e a entrega a cada camponês do título legal de posse da terra não é também uma garantia à propriedade dos camponeses? E o reconhecimento por lei, por parte do Estado democrático popular, das posses e ocupações de terras, tanto dos latifundiários como do Estado, anteriormente realizadas pelos camponeses não constitui igualmente uma garantia à propriedade dos camponeses?

Hoje, grande número de camponeses que com seu trabalho conseguiram algumas economias e compraram um pedaço de terra à prestação, são ludibriados pelos vendedores das terras que não lhes entregam títulos legais e os grileiros a pretexto de que esses camponeses não são donos das terras por não terem títulos legais, os despejam e se apoderam das terras, com ajuda do governo. Assim, nada mais justo em defesa dos camponeses do que a entrega dos títulos legais de posse, como legítimos donos das mesmas.

Assim, vemos que as sugestões e argumentos que Lacerda apresenta para modificar os pontos 37 e 40 do Programa do PCB, tanto na forma como no conteúdo, são confusos e falsos de cabo a rabo.

Por que Lacerda investe contra os pontos 37 e 40 do Programa? É porque são os dois pontos fundamentais da questão agrária. O ponto 37 trata da tomada das terras dos latifundiários e a sua entrega gratuita aos milhões de camponeses sem terra e com pouca terra. A aplicação deste ponto liquidará nesta primeira etapa da revolução, os latifundiários. A aplicação deste ponto do Programa cria as condições para liquidar a miséria, a fome e a opressão de milhões de camponeses, aumentará o mercado interno e criará uma base sólida para o desenvolvimento da indústria nacional. No ponto 40 está incluída a burguesia rural (camponeses ricos), que sofrem as consequências da dominação imperialista em nosso país e da política desastrosa do governo de traição nacional de Vargas. Essa classe da população só encontra garantia de seus interesses no Programa do Partido e, por isso, se unirá à aliança operário-camponesa na luta contra o imperialismo e o governo de Vargas ou pelo menos manterá, os que não se unirem, numa neutralidade favorável à revolução.

Estes dois pontos do Programa referentes à questão agrária, expressam os interesses da quase totalidade da população camponesa que representa cerca de 70% da população brasileira formará na poderosa frente única de libertação nacional, juntamente com a classe operária, a pequena burguesia urbana e a burguesia nacional.

A Importância das Modificações nos Estatutos

(Conclusão da pág. 1)

Como o Partido político da classe operária, sua vanguarda organizada e consciente, sua mais elevada forma de organização.

Diferentemente dos ajuntamentos políticos das classes dominantes que usam os nomes mais pomposos para enganar as massas, o P.C.B. traz um nome que é uma gloriosa bandeira erguida bem alto por 32 anos de luta em defesa dos interesses da classe operária.

Os Estatutos, definindo o Partido como a união voluntária e combativa dos comunistas, exigem que o novo membro do Partido ao ingressar em suas fileiras, possua um mínimo de consciência de classe e de combatividade.

Determinando os objetivos do Partido, diz o Projeto, que o P.C.B. tem como objetivos finais construir o socialismo e edificar a sociedade comunista. Mas, o Partido além dos objetivos finais tem suas tarefas imediatas, as quais são obrigatórias para todos os militantes. Estas tarefas não estão desligadas do Programa do Partido. Surgem das exigências da execução do próprio Programa.

O P.C.B., educando seus membros no espírito do internacionalismo, da solidariedade dos trabalhadores de todos os países, luta ao mesmo tempo pelos interesses nacionais. O Programa do Partido diz: «Os imperialistas norte-americanos além da pilhagem das riquezas nacionais e da desenfreada exploração de nosso povo, querem arrastar o Brasil à guerra que preparam...» Depois de mostrar o caráter desta guerra, e que é uma guerra condenada de antemão ao fracasso, o Programa mostra as consequências para o nosso povo da participação numa guerra dessa natureza.

Os comunistas, lutando pela aplicação do Programa, lutam pela emancipação de nossa pátria do domínio dos

monopólios norte-americanos. Lutam contra a sua política guerreira, contra a guerra que pretendem levar a efeito contra a URSS, a China e os países de democracia popular.

Vemos no artigo que trata das condições para ser membro do Partido que não basta aceitar o Programa. É preciso contribuir para a sua aplicação. Isto, porque as tarefas não se realizarão por si sós. Serão os homens que irão realizá-las. Mas, tampouco serão os militantes isolados que irão realizar as tarefas. Ai, então, surge mais uma exigência para possuir o honroso título de membro do Partido, militar em uma de suas organizações.

Examinando a parte referente aos deveres do membro do Partido vemos que ele deve ser, ao mesmo tempo, um dirigente de massas. Deve incansavelmente explicar às massas a política do Partido, organizá-las e junto com elas realizar as tarefas estabelecidas pelo Partido. Elevar constantemente o próprio nível político e ideológico, aparece como um dever fundamental do militante. Isto deriva-se da própria declaração de princípios do Partido que diz: «O Partido Comunista do Brasil, união voluntária e combativa dos comunistas, é guiado em toda a sua atividade pela doutrina de Marx, Engels, Lênin e Stálin».

É estudando, assimilando e aplicando de uma maneira criadora os princípios do marxismo-leninismo que podemos nos colocar, cada vez mais, à altura de membros do Partido da classe operária.

A crítica e a auto-crítica figuram agora como um dever dos militantes. Os membros do Partido não devem só apontar os defeitos; devem ao mesmo tempo lutar e conseguir a eliminação dos mesmos. Na parte referente aos direitos, o item e dá ao membro do Partido, o direito de criticar, nas reuniões do Partido, qualquer de seus membros. Isto tem muita importância porque facilita a coordenação do controle de baixo para cima como de cima para baixo, e permite a todos contribuírem, de acordo com as suas capacidades, para melhorar o trabalho do Partido. O camarada Zhdanov, já dizia em seu informe ao XVIII Congresso do P.C.U.S.: «Não basta apenas a nossa experiência, a experiência dos dirigentes. Para dirigir acertadamente é imprescindível completar a experiência dos dirigentes com a experiência da classe operária, dos trabalhadores, com a experiência das chamadas pessoas simples».

Esta troca de experiência que nos fala o camarada Zhdanov pode muitas vezes ser efetuada através da crítica fraternal do homem que vai, na prática, realizar a tarefa.

Faz-se necessário, agora, que estudemos com afinco os novos Estatutos. Fazer dos Estatutos uma espécie de livro de bolso, um «vademecum». Que ao organizar os nossos trabalhos, ao ter necessidade de aplicar esta ou aquela medida disciplinar ao analisar esta ou aquela falta nossa, saibamos mesmo sem a necessidade de consulta, em que artigo ou item dos Estatutos estamos enquadrados,

OS NOVOS ESTATUTOS ENCARNAM Os Princípios Leninistas de Organização

Os novos Estatutos de nosso Partido são uma poderosa arma para elevar a um nível superior o trabalho de organização e toda a atividade de nosso Partido.

Os novos estatutos atendem a uma necessidade premente. O Programa do Partido exige que o trabalho de organização seja colocado num novo plano. Os Estatutos satisfazem inteiramente esse objetivo.

Os antigos Estatutos do Partido — conforme mostrou o camarada Amazonas no Pleno de dezembro — há muito que não correspondiam às necessidades do movimento revolucionário em nossa terra. Eles não refletiam de modo devido nem a experiência de nosso Partido nem a do movimento operário mundial. Por isso é que foi necessário uma mudança tão radical nos Estatutos do Partido. No que se refere à experiência do movimento operário mundial a fonte principal das experiências para a elaboração dos novos Estatutos é o P. C. da União Soviética, Partido que é modelo para todos os PP. CC.

O P. C. U. S. nos ensina que os estatutos são a lei fundamental do Partido, a constituição do Partido. Com os novos estatutos podemos dizer que o nosso Partido tem uma lei interna à altura das necessidades atuais, e que vêm preencher uma séria lacuna do movimento revolucionário brasileiro.

Os novos Estatutos do Partido expressam de maneira exata os princípios leninistas de organização do Partido.

O artigo primeiro dos Estatutos mostra que o Partido Comunista do Brasil é o Partido político da classe operária, a vanguarda consciente e organizada da classe operária, a mais elevada forma de sua organização de classe». Em seguida o artigo primeiro diz que o Partido é guiado em toda a sua atividade pela doutrina de Marx, Engels, Lênin e Stálin».

O fato de nosso Partido ser guiado por essa doutrina significa que ele é a vanguarda consciente da classe operária, que está armada com a ciência social mais avançada, que é o estado maior da classe e isso porque é a organização da classe operária de maior visão, mais consequente do que todas as outras; e assim a única organização capaz de marchar à frente de todas as demais organizações da classe operária.

As tarefas históricas de nosso Partido expostas no artigo primeiro que são atualmente «libertar o Brasil do jugo imperialista e conquistar um regime democrático popular» e tem como objetivos finais construir no Brasil o socialismo e edificar a sociedade comunista», caracterizam o papel de vanguarda de nosso Partido. Somente o nosso Partido, como vanguarda da classe operária, «expressão consciente de um processo inconsciente» poderá cumprir tais tarefas.

Os deveres do membro do Partido exposto no artigo 3.º evidenciam com clareza que o Partido é a união dos melhores elementos da classe operária. Quem a não ser os melhores elementos do proletariado poderia cumprir as elevadas obrigações que os Estatutos determinam?

Mas nosso Partido além de vanguarda consciente é a vanguarda organizada da classe operária. Esta idéia está perfeitamente expressa no artigo 2.º dos Estatutos que diz: «Membro do Partido é todo aquele que aceita o programa e os Estatutos do Partido, contribui para sua aplicação, milita em uma de suas organizações, cumpre todas as decisões do Partido e paga as contribuições estabelecidas».

Este artigo — ao exigir que todo membro do Partido milita em uma de suas organizações — parte do princípio de que o Partido é uma soma (um complexo, um sistema) de organizações e não uma simples soma de indivíduos que se juntam ao Partido. Isto significa que todos os membros de nosso Partido devem pertencer a uma de suas organizações e cumprir as resoluções ali tomadas. Se assim não fosse nosso Partido seria uma soma de indivíduos que não militariam em nenhuma das organizações do Partido e que portanto não teriam o dever de cumprir suas decisões. E assim o Partido seria uma «vanguarda» sem disciplina e desorganizada. É evidente que se assim fosse nosso Partido não poderia levar nunca a classe operária ao poder. O camarada Stálin mostra que o Partido só pode vencer a resistência das classes moribundas se ele for «a personificação da disciplina e da organização». Daí se deriva a enorme importância do artigo 2.º dos Estatutos.

Mais adiante o artigo 12 dos Estatutos diz: «O princípio diretor em que se baseia a estrutura orgânica do Partido é o centralismo democrático, que significa:

- Eleição de todos os organismos dirigentes do Partido de cima-a-baixo;
 - Prestação de contas periódica dos organismos dirigentes do Partido ante as respectivas organizações que os elegeram;
 - Disciplina rigorosa no Partido e submissão da minoria à maioria;
 - Caráter estritamente obrigatório das decisões dos organismos superiores para os organismos inferiores».
- Sem estas exigências do centralismo democrático nosso Partido não seria uma vanguarda organizada pois o Partido é um sistema único de organizações efetivamente unificados à base dos princípios do centralismo democrático. Isso significa que o Partido só tem um órgão supremo — o Congresso (artigo 22) e nos intervalos entre os congressos, o Comitê Central (artigo 27), e uma disciplina igual para todos (artigo 3.º alínea «e»).

Esses e outros artigos dos Estatutos de nosso Partido

evidenciam que nosso Partido é uma vanguarda organizada e não algo amorfo sem disciplina e organização onde cada um faz o que quer.

Mas nosso Partido é também a forma superior de organização de classe do proletariado. Isso significa que o Partido está chamado a dirigir todas as outras organizações da classe operária. O nosso Partido pode fazer isso e só ele pode fazê-lo porque está integrado «pelos melhores homens da classe operária, armados com uma teoria de vanguarda, com o conhecimento das leis da luta de classe e a experiência do movimento revolucionário...» (História do P. C. (b) da U.R.S.S. Edição Horizonte, pag. 22).

O artigo 1.º expressa diretamente que nosso Partido é a mais elevada forma de organização de sua classe.

O artigo 32 que especifica a tarefa das organizações de base, alínea b dispõe — «estar incessantemente atento aos sentimentos e reivindicações das massas, transmitir esses sentimentos e reivindicações aos organismos superiores do Partido, dar atenção à vida política, econômica e cultural dos trabalhadores e do povo e ganhá-los para que resolvam seus próprios problemas».

Esse princípio leninista de organização do Partido aparece claro em toda uma série de artigos entre os quais o artigo 42 e em particular a alínea a que especifica as tarefas que as organizações de base devem fazer para ganhar as massas para os pontos de vista do Partido, os artigos 44, 45, etc...

Todos esses artigos ainda — mas não só esses — evidenciam que nosso Partido é a encarnação dos vínculos que unem o destacamento de vanguarda da classe operária e as massas de milhões de homens do proletariado». (História do P.C. (b) da U.R.S.S., pag. 22. Edição Horizonte).

No artigo 3 alínea c diz-se expressamente que o dever de cada militante consiste em estreitar diariamente as relações do Partido com as massas.

Os Estatutos exigem de maneira nova e vigorosa que nosso Partido não seja um Partido fechado em si mesmo, isolado das massas.

O artigo 1.º ao definir as tarefas históricas de nosso Partido mostra que o Partido não é um fim em si, ou uma força que se baste a si mesmo. Esse artigo e outros mostram que nosso Partido é o instrumento para realizar, para conquistar, as mais altas aspirações do proletariado — o regime democrático popular, o socialismo e o comunismo.

Os Estatutos do Partido em seu artigo 21, entre outros, mostram também que o nosso Partido não pode tolerar em suas fileiras a menor manifestação de grupos fracionistas ou a menor tentativa de cisão que possam minar a força e a capacidade de luta do Partido.

O artigo 3 alínea a diz que o dever do membro do Partido é «salvaguardar por todos os meios a unidade do Partido como condição principal da força e do poderio do Partido».

Esta é uma exigência determinada pela própria missão de nosso Partido, pois a conquista do regime democrático-popular, do socialismo e do comunismo, são impossíveis, sem um Partido forte pela sua coesão e disciplina. E é claro, que sem coesão e disciplina não existe no Partido unidade de vontade.

Isso não quer dizer que no Partido não possa haver luta de opiniões.

O artigo 20 dos Estatutos diz:

«Todo membro do Partido pode discutir livremente nas reuniões do Partido para expressar sua opinião sobre qualquer problema, direito que emana da democracia interna. Só assim é possível desenvolver a crítica e a auto-crítica e fortalecer a disciplina do Partido, que deve ser consciente. Tomada porém uma resolução numa organização do Partido a discussão sobre o assunto a que se refere só pode ser reaberta por decisão da maioria da mesma organização ou de organismo superior, e a decisão tomada deve ser acatada e aplicada incondicionalmente».

Só cumprindo essas e outras disposições dos Estatutos do Partido é possível manter a unidade do Partido e dar a estes meios de combater todos os oportunistas que penetram em suas fileiras.

Assim, mesmo com uma análise rápida, pode-se ver claramente que os novos Estatutos do Partido levam em conta e refletem todos os princípios marxistas-leninistas de organização do Partido.

Os novos Estatutos são uma arma poderosa para forjar nosso Partido, para colocar nosso Partido à altura de sua missão histórica.

Hoje, quando o Partido tem um programa marxista-leninista, o trabalho de organização avulta de importância. Conforme ensina o camarada Stálin depois de traçada a linha política o principal recal sobre o trabalho de organização, sobre a organização do próprio trabalho para aplicar a linha política do Partido.

Nesse sentido, os novos Estatutos do Partido desempenham um importantíssimo papel, colocando aos militantes novas e mais altas exigências para que o Partido esteja à altura de sua linha política.

Assim a aplicação integral dos novos Estatutos do Partido assume um papel decisivo para a vitória da orientação traçada no programa do Partido, para a libertação de nosso povo.

UM LIVRO indispensável



Contendo grandes ensinamentos, transmitidos por um dos maiores líderes do povo

Condensação de experiência de 30 anos de luta pelo fortalecimento do dirigente da Revolução chinesa. Livro de grande atualidade e interesse.

SEU PEDIDO A VITÓRIA LIMITADA R. CARMO 6, 13 ANDAR, SALA 1306 - RIO